

**TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1003**

**ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E  
RAÇA NO BRASIL: UM MODELO  
LINEAR GENERALIZADO PARA  
EXPLICAR A EVOLUÇÃO NO  
PERÍODO 1940-2000**

**Kaizô Iwakami Beltrão**

Rio de Janeiro, dezembro de 2003

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1003**

### **ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E RAÇA NO BRASIL: UM MODELO LINEAR GENERALIZADO PARA EXPLICAR A EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1940-2000\***

**Kaizô Iwakami Beltrão\*\***

Rio de Janeiro, dezembro de 2003

---

\* Este texto é parte de uma série sobre as regiões brasileiras. Um volume descritivo sobre o Brasil foi escrito pelo autor em co-autoria com Maria Salet Novellino. O autor agradece o trabalho de coleta e digitação de dados dos monitores Hugo Brasileiro, Alex Calixto, Roberta Bisaggio, Rachel Gonçalves e, em especial, a Rodrigo Pinto Moreira e Adriano Duarte da Silva, que organizaram gráficos e tabelas. Agradece também os comentários de Jane Souto de Oliveira e de Moema de Poli Teixeira, bem como a revisão do texto realizada por José Antônio Senna.

\*\* Da Ence/IBGE.  
kaizo@ibge.gov.br

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Ministro** – Guido Mantega

**Secretário Executivo** – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Glauco Antonio Truzzi Arbix

#### **Diretor de Estudos Macroeconômicos**

Paulo Mansur Levy

#### **Diretor de Administração e Finanças**

Celso dos Santos Fonseca

#### **Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Maurício Otávio Mendonça Jorge

#### **Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**

Luiz Henrique Proença Soares

#### **Diretor de Estudos Setoriais**

Mário Sérgio Salerno

#### **Diretor de Estudos Sociais**

Anna Maria T. Medeiros Peliano

#### **Assessor-Chefe de Comunicação**

Murilo Lôbo

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO**

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 CONCEITOS 2

3 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO E RAÇA — 1940-1991 4

4 TAXAS BRUTAS DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E RAÇA — BRASIL 9

5 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE — BRASIL 13

6 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — BRANCOS 19

7 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — PRETOS 23

8 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — PARDOS 27

9 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — AMARELOS 30

10 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — INDÍGENAS 34

11 COMPARAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DE COR OU RAÇA 36

12 MODELO LINEAR GENERALIZADO 38

13 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES 41

ANEXOS 44

BIBLIOGRAFIA 48

## **SINOPSE**

As barreiras cognitivas impedem o avanço dos grupos sociais menos afluentes. Depois da linguagem falada, é a linguagem escrita a fronteira mais básica a ser transposta para exercer uma real cidadania. Este trabalho apresenta e analisa as taxas de alfabetização da população brasileira tal como mensurada nos censos entre 1940 e 2000. Sempre que possível, desagrega essa informação por cor ou raça (o quesito de cor ou raça só não foi levantado no Censo de 1970). O quadro é de uma discrepância que diminui no tempo, e de alguma forma muito mais rapidamente para as mulheres. Quando se considera o agregado da população, a taxa de alfabetização feminina superou a masculina já no Censo de 1991. Existe uma clara hierarquização nos níveis de alfabetização das diferentes categorias de raças ou cores consideradas nos censos brasileiros: amarela, branca, parda, preta e indígena. Um modelo linear generalizado com função de ligação logito e distribuição binomial é ajustado, confirmando os comentários já realizados e quantificando a intensidade das diferenças. Nos Anexos encontram-se disponíveis, respectivamente, as taxas brutas para a população de 10 anos e mais e os parâmetros estimados para o modelo completo com interações.

## **ABSTRACT**

Cognitive thresholds hold back the advance of less affluent groups. Mastery of the written language is, after spoken language, the most important barrier in the exercise of citizenship. This text presents and analyzes literacy rates among the Brazilian population. The censuses between 1940 and 2000 were used as data source. Whenever possible, information was disaggregated by race/skin color (race information was not part of the 1970 census questionnaire). What we can perceive is a picture of high discrepancies among races, diminishing with time, although at a faster pace for females than males. When considering the population as a whole, female literacy had surpassed male literacy by the 1991 census year. With respect to literacy, there is a clear hierarchy among the different race/skin color categories used in the Brazilian censuses: Asians, Whites, Mixed race, Blacks and Native Brazilians. A generalized linear model with a logit link function and binomial distribution is fit to the data. The results confirm the comments already made and quantify the intensity of the existing clivage. Crude rates for the ten-years-and-over population are available in the Annex.

# 1 INTRODUÇÃO

As barreiras cognitivas impedem o avanço dos grupos sociais menos afluentes. Depois da linguagem falada, é a linguagem escrita a fronteira mais básica a ser transposta para se exercer uma real cidadania.<sup>1</sup> Tais barreiras acabam por acentuar a desigualdade entre os grupos. Para Alves (1998, p. 65), “o conceito de desigualdade está associado às questões de classe, de gênero e de raça. Denota as posições dos indivíduos de uma sociedade com relação aos meios de produção, o valor diferente dado a esses indivíduos de acordo com seu sexo e características físicas diferentes ou a cor de sua pele”. Portanto, estudar indivíduos em sua diversidade racial não significa estabelecer uma diferença biológica, mas sim, procurar mostrar como essa diversidade se reflete e é refletida em sua condição social. Para alcançar esse objetivo, utilizaremos como indicadores dessa relação entre raça e condição social os dados sobre alfabetização divulgados nos Censos Demográficos de 1940 a 2000.

Estudos que foram e vêm sendo realizados no Brasil envolvendo questões raciais seguem, habitualmente, uma dessas três tendências [ver Batista e Galvão (1992, p. 71)]: a) A que acredita numa democracia racial, isto é, na inexistência de preconceito de raça. De acordo com essa perspectiva, a condição de desigualdade dos negros em relação aos brancos poderia ser atribuída à ausência de educação e à pobreza, conseqüências do período de escravatura.<sup>2</sup> b) A que vincula questões raciais a questões de classe, subordinando a primeira à segunda. De acordo com essa linha de raciocínio, o preconceito seria mais social do que racial.<sup>3</sup> c) a que defende que a raça é determinante da condição social dos indivíduos.<sup>4</sup> Independentemente da tendência esposada, retratar a situação diferenciada do nível de alfabetização dos negros e pardos *vis-à-vis* o de outras raças é um ponto de partida para compreender a extensão das clivagens sociais existentes no país.

Na linha do que diz Bourdieu (1999, p. 8), este estudo iria se constituir em mais uma ocasião de “apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não-predicativa que é a cor da pele”.

De qualquer modo, no Brasil, o que se verifica é a existência, ainda, de um hiato considerável entre a situação dos indivíduos dependendo de sua cor ou raça: pretos e pardos de um lado e brancos e amarelos de outro. Essa hierarquia não considera a situação precária dos povos indígenas que nos dois censos para os quais a informação está disponível — 1991 e 2000 —, apresentam taxas bem abaixo da dos outros grupos de raça/cor. As estatísticas mostram que, mesmo no nível mais elementar da educação, que é o da alfabetização, a desigualdade racial, apesar de menor hoje do que

---

1. Vale lembrar que, no Brasil, os analfabetos só foram autorizados a votar a partir da Lei 7.332 (artigo 18), de 1º de julho de 1985, que estabelece normas para a realização de eleições.

2. Gilberto Freyre foi seu principal defensor.

3. Pierson (1942), defende que classe seja provavelmente mais importante que raça na determinação da posição social dos indivíduos.

4. Posição esposada por, entre outros, Hasenbalg (1979).

nas décadas anteriores, ainda permanece. No que diz respeito a sexo, as taxas de alfabetização das mulheres pretas e pardas são ligeiramente maiores do que as dos homens da mesma cor ou raça. No entanto, a diferença entre elas e as mulheres brancas e amarelas ainda persiste, embora menor do que a verificada em censos anteriores. Essas constatações revelam que a relação entre alfabetização e raça merece ser explorada, o que vai ser realizado ao longo deste trabalho.

Taxas brutas para a população como um todo, mesmo caracterizando uma tendência temporal, não levam em conta mudanças na estrutura etária, mascaram possíveis movimentos ocorridos em coortes específicas e não consideram diferenças intragrupos. Para completar o quadro e se ter uma idéia melhor da dinâmica do processo de alfabetização, optamos por comparar as informações por cor ou raça, sexo e coorte de nascimento em diferentes instantes do tempo. Essas informações estão disponíveis nos Censos populacionais, de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

Uma análise de coorte, por oposição a uma análise de período, apresenta várias vantagens. Uma análise de coorte não chega a ser um filme no lugar das várias fotos disponíveis com a análise de período, mas uma série de fotos do mesmo grupo de indivíduos em diferentes instantes do tempo. Com isso, podemos apreciar mudanças ocorridas nesse grupo entre os diversos instantes nos quais o mesmo é retratado.

Este trabalho está organizado em 13 seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 descreve a evolução dos conceitos de cor ou raça e alfabetização, como pesquisado nos censos da segunda metade do século passado. A Seção 3 apresenta a distribuição da população brasileira, no mesmo período, desagregada por cor ou raça, sexo e grupo etário. A Seção 4 compara a taxa bruta de alfabetização por cor ou raça e sexo. A Seção 5 desagrega, para todos os censos disponíveis, a informação de alfabetização por coorte de nascimento para a população como um todo. As cinco seções seguintes repetem a análise, mas desagregando por cor ou raça: branca, preta, parda, amarela e indígena. A Seção 11 compara as taxas de alfabetização das pessoas segundo sua cor ou raça, primeiramente para a população masculina e depois para a feminina. A Seção 12 apresenta os resultados de um ajuste logit aos dados que quantificam, de alguma forma, o hiato existente. Na Seção 13, além da conclusão, são feitos alguns comentários. Nos Anexos são apresentadas as taxas brutas para a população de 10 anos e mais desagregadas por sexo e raça/cor.

## 2 CONCEITOS

Desde 1872, a alfabetização foi pesquisada como um quesito censitário. Para uma população basicamente iletrada, como a brasileira de então, esse foi por algum tempo o indicador único e absoluto do grau de instrução da população [ver Oliveira,<sup>5</sup> (2001)]. Só a partir de 1940 a educação formal foi incluída regularmente no questionário censitário. Em todos os censos, foram consideradas como alfabetizada, “as pessoas de 5 anos ou mais de idade capazes de ler e escrever um bilhete simples, no idioma que conhecessem.”<sup>6</sup> Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas

---

5. A discussão sobre os conceitos censitários foi parcialmente baseada no texto de Oliveira.

6. Diferenciação importante, considerando-se o contingente de imigrantes.

esqueceram e as que apenas assinassem o próprio nome foram consideradas analfabetas” [IBGE (1991, p. 24)].

Já no Censo de 1872 investigaram-se atributos referentes à cor ou raça<sup>7</sup> da população. Embora o quesito pesquisado fosse “cor”, usava-se o termo “caboclo” como opção de cor junto a branco, preto e pardo, o que demonstrava uma certa ambigüidade entre os conceitos de cor e de raça. Na categoria “caboclos” estaria incluída, sem distinção de tribo, toda a população indígena do país. Ainda que a categoria “pardos” açambarcasse nominalmente todos os mestiços, a ênfase era a da mestiçagem de brancos com negros. Já em 1890, a cor parda foi substituída pela categoria “mestiço”, indicação mais genérica, que incluía também os diversos resultados de fusão com a raça indígena. Nos censos seguintes, nenhum quesito sobre cor ou raça foi pesquisado e somente em 1940 é reincluído no questionário censitário. Com o aumento da imigração a categoria “amarela” foi incluída entre as respostas possíveis, e a categoria “parda” passou a englobar também os indígenas e seus descendentes.

No que diz respeito à raça, o Censo de 1950 manteve a estrutura do censo anterior, e a população foi distribuída em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos; este último grupo incluiu os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos etc. Na introdução ao censo, é feita a ressalva de que a população aborígine (*sic*) não foi totalmente levantada. “Informações indiretas e imparciais foram obtidas, no entanto, por intermédio das declarações alusivas à cor e à língua falada.” No Censo de 1960, a população, tal como no censo anterior, foi dividida em brancos, pretos, amarelos e pardos. Os índios continuaram a ser incluídos neste último grupo. No Censo de 1970 não foi levantada a cor da população brasileira. No entanto, para efeito comparativo, os dados relativos a esse período, tendo em vista as diferentes raças, serão apresentados como resultado da aplicação de um modelo logit às informações dos censos anteriores e posteriores. No Censo de 1980, a população continuou a ser classificada em branca, preta, amarela e parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza etc). Foi somente a partir do Censo de 1991 que a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda. Passam, então, a ser possíveis as seguintes respostas em relação à cor ou raça: branca, preta, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza etc.) e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como aos que vivem fora. De acordo com o *Manual do Recenseador* de 2000, enquadram-se na classificação de raça amarela as pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana etc. O *Manual do Recenseador* do Censo de 1991, no que se refere à cor ou raça amarela, é mais explícito, adicionando a expressão “e seus descendentes” à especificação anterior.

É importante mencionar que os dados sobre as cores/raças dos indivíduos só são coletados nos questionários aplicados a uma amostra populacional. Esse quesito não está presente no questionário básico, e os dados apresentados neste texto são o resultado da expansão da amostra.<sup>8</sup>

---

7. Ainda que entendamos que o conceito pode ter variado no tempo.

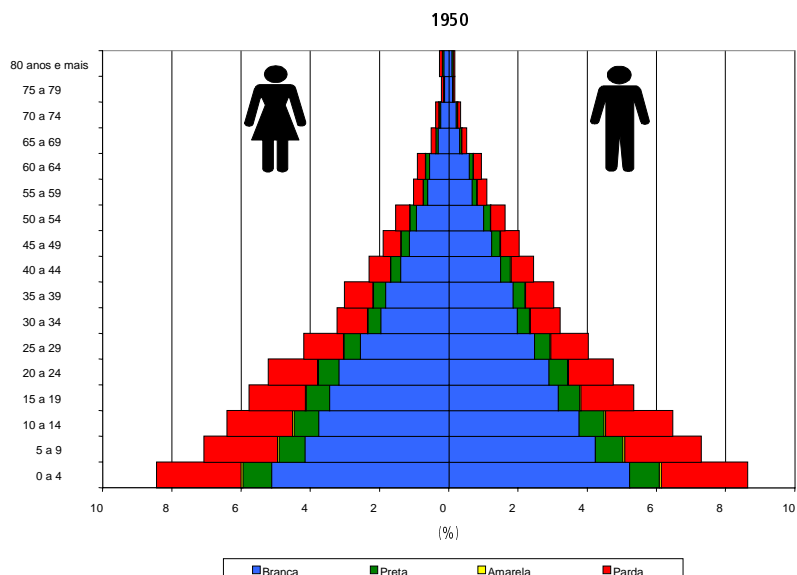
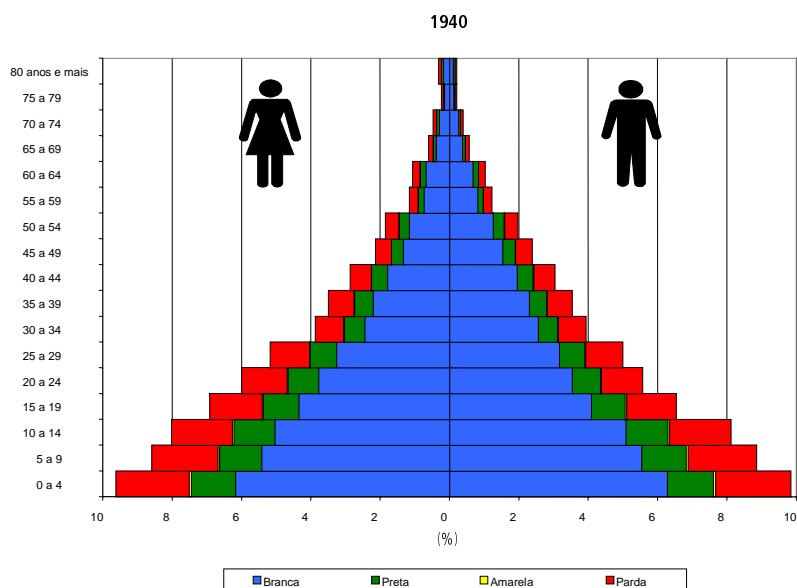
8. Esta amostra foi de 25% nos censos anteriores a 1991. Em 1991 a fração amostral foi variável, dependendo do tamanho do município, 10% para municípios com mais de 15 mil habitantes e 20% para os demais.

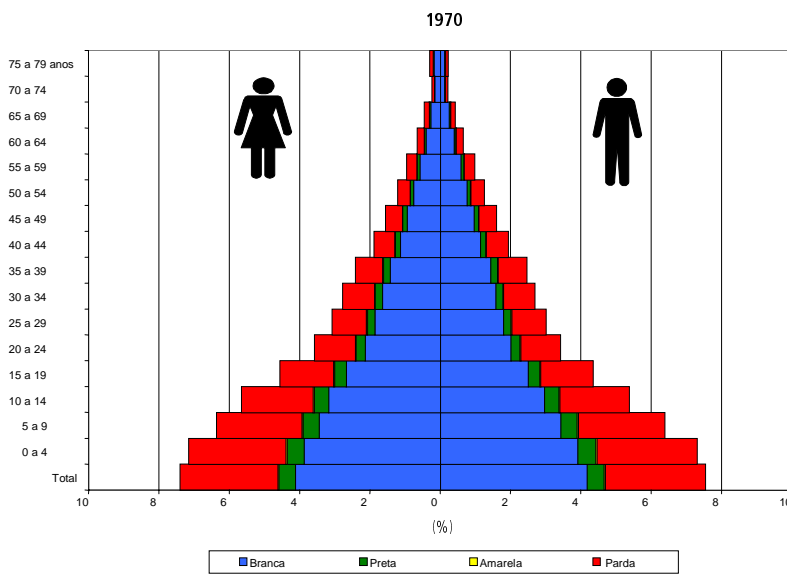
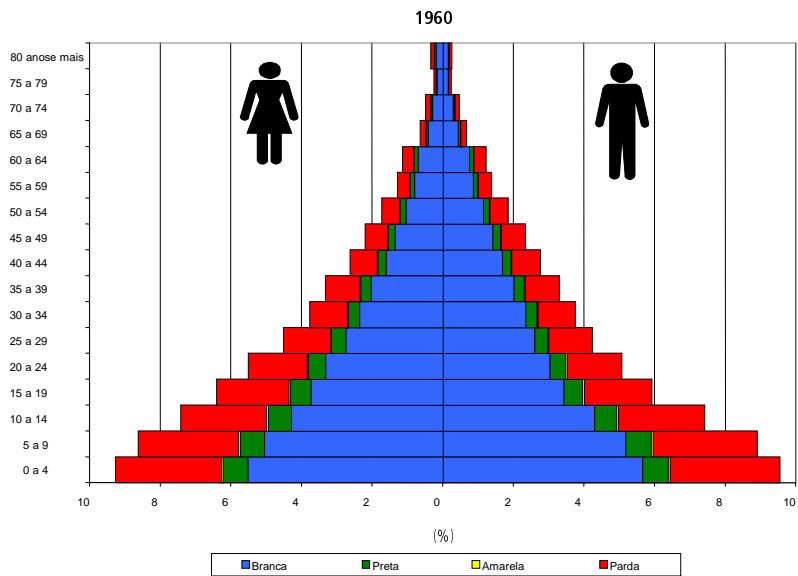


### 3 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO E RAÇA — 1940-1991

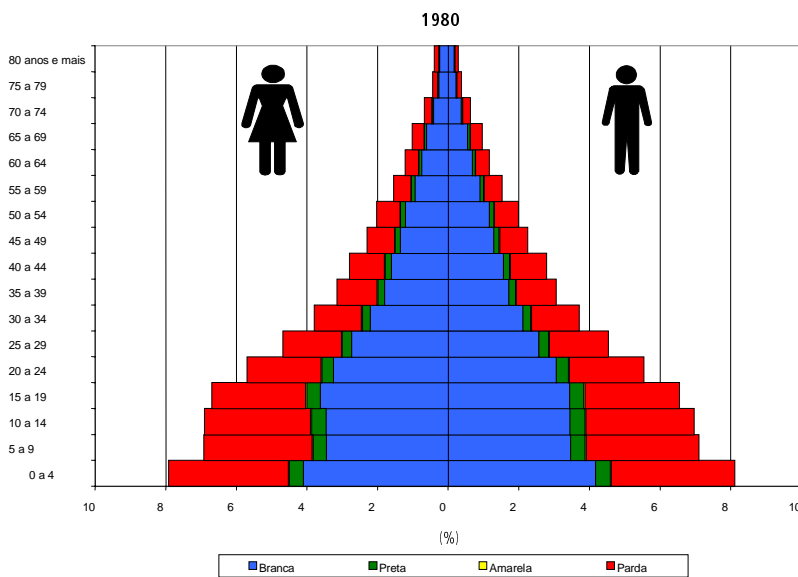
O Gráfico 1 apresenta as distribuições por cor ou raça, sexo e grupo etário para a população brasileira nos anos censitários desde 1940. Como se pode ver na seqüência desses gráficos e na Tabela 1, a população brasileira como um todo apresentou uma queda na fecundidade (notável pela constrição da base das pirâmides etárias) e um aumento da longevidade (notável pelo alargamento do pico das pirâmides).

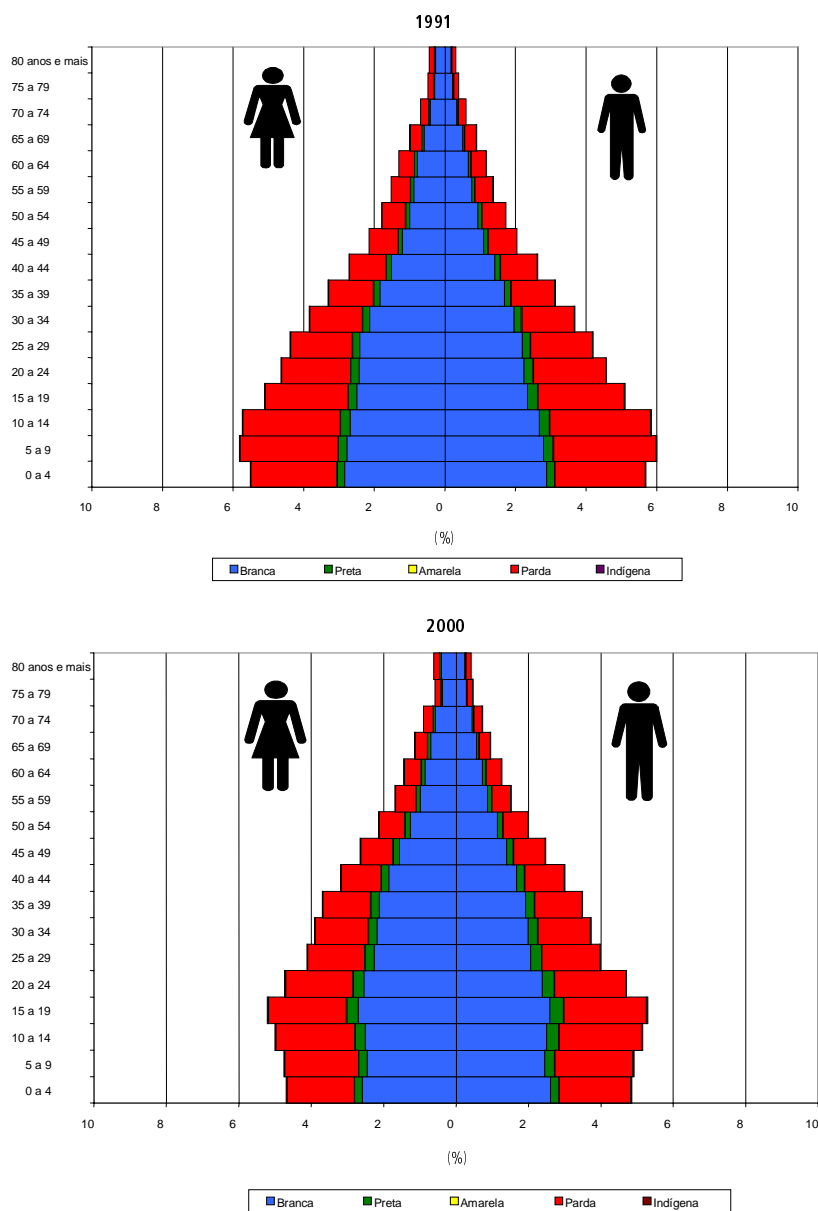
GRÁFICO 1  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO SEXO E RAÇA/COR — 1940/2000





Nota: Estimada a partir das informações de 1960 e 1980.





Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

TABELA 1  
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO POR COR/RAÇA – CENSOS SELECIONADOS

Ano	Branca	Preta	Amarela	Parda <sup>a</sup>	Indígena	s/ declaração
1940	63,58	14,66	0,59	21,32	-	-
1950	65,08	10,36	0,59	23,98	-	0,01
1960	59,70	8,37	0,66	31,27	-	0,08
1970	-	-	-	-	-	-
1980	54,91	6,09	0,60	38,40	-	0,58
1991	51,83	5,16	0,46	42,36	0,19	0,35
2000	53,95	6,19	0,45	38,32	0,43	0,66

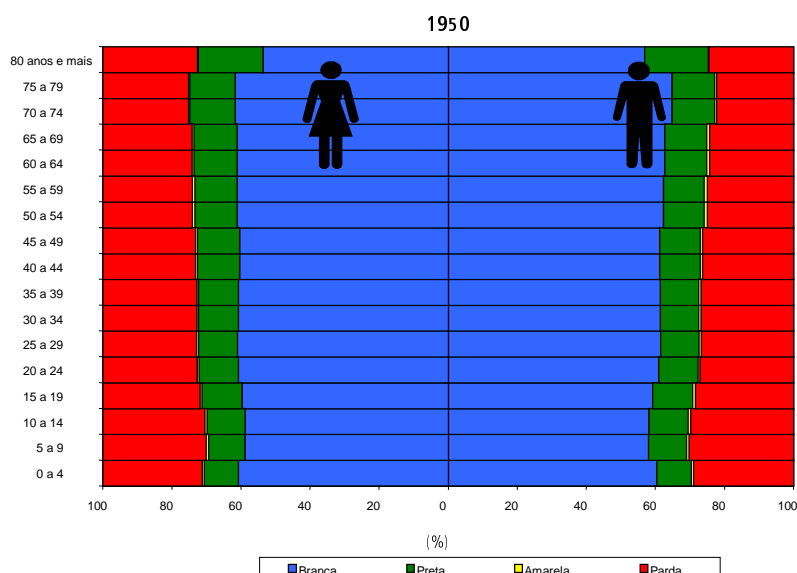
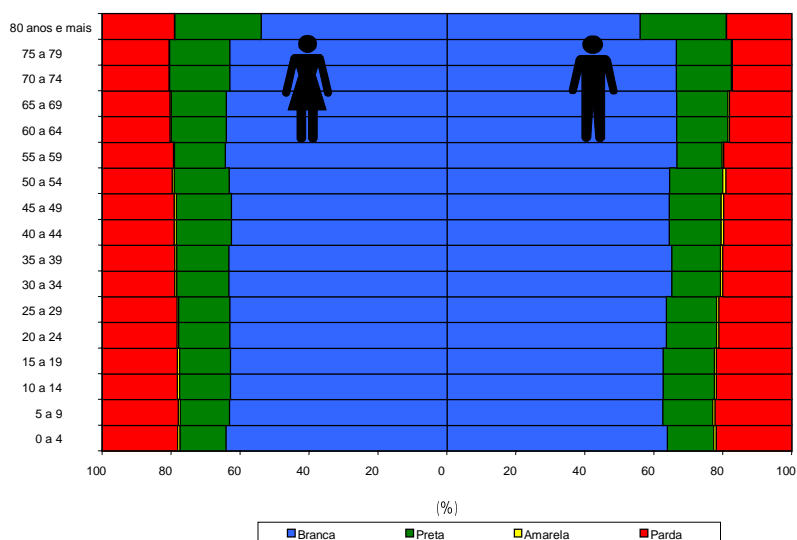
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

<sup>a</sup> Até 1980, inclusive, a população parda incluía a população indígena.

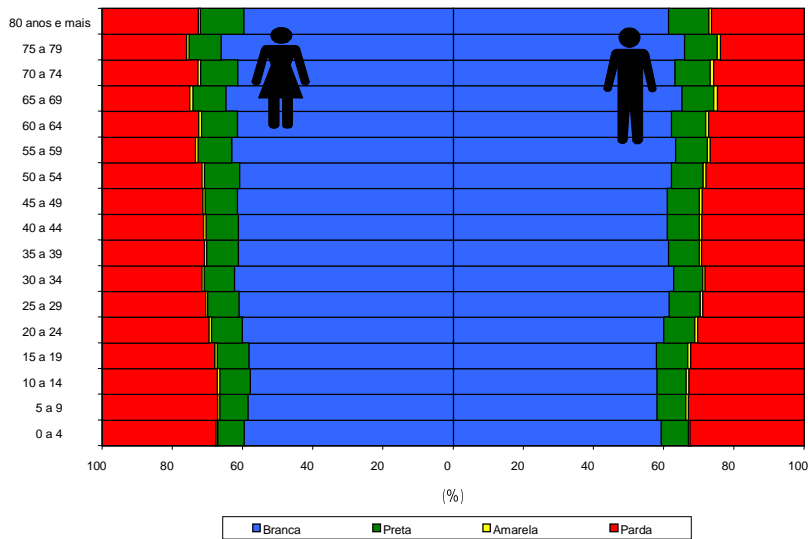
Quanto à distribuição por raça, é possível ter havido um processo contínuo de miscigenação, já que as proporções de indivíduos de raça branca, preta e amarela diminuíram no período, ao passo que a de indivíduos pardos aumentou (ver Gráfico 2). A população que se declara parda em 1991 parece ligeiramente discrepante quando comparada aos censos contíguos. No Censo de 2000 nota-se uma reversão na tendência com um crescimento relativo dos indivíduos declarando-se pretos ou amarelos em detrimento dos pardos.

GRÁFICO 2

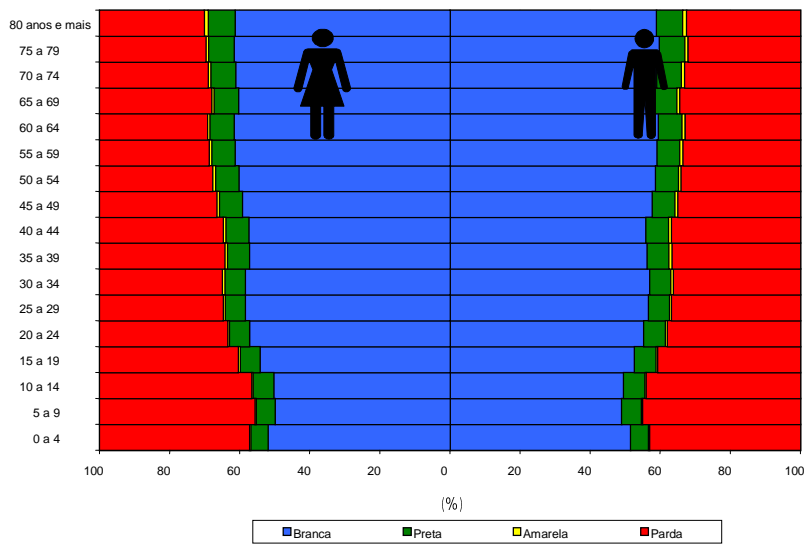
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA SEGUNDO RAÇA/COR POR SEXO — 1940-2000



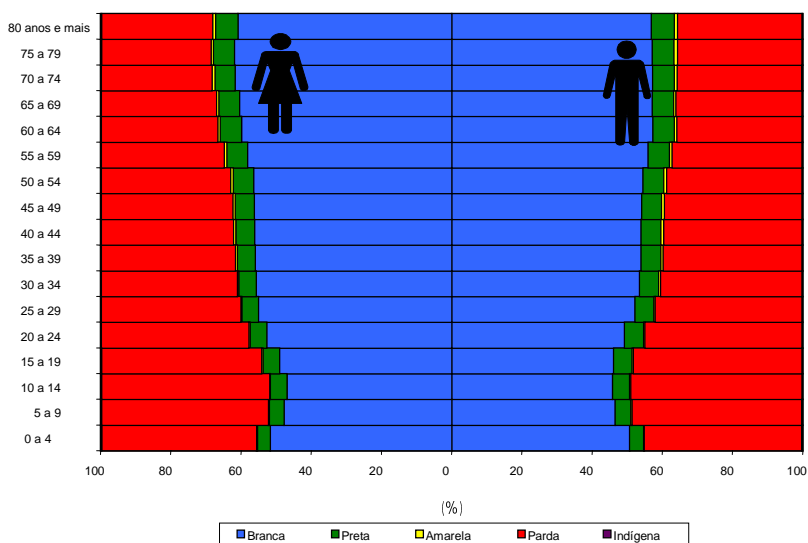
1960



1980



1991





Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

Cumprir notar que este trabalho não se propõe a estudar ou mesmo descrever a dinâmica demográfica dos diferentes grupos raciais brasileiros. O trabalho de analisar as componentes de fecundidade e mortalidade já foi realizado por vários autores, entre eles Berquó (1988), Bercovich (1991) e Silva (1992).

#### 4 TAXAS BRUTAS DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E RAÇA — BRASIL<sup>9</sup>

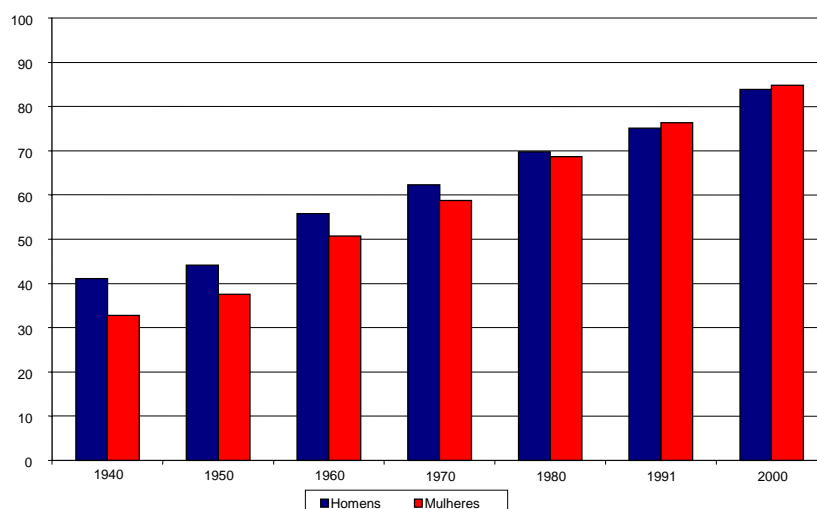
O hiato entre sexos da taxa bruta de alfabetização variou consideravelmente desde meados do século passado (ver Gráfico 3 e Tabela 2). Em 1940, os valores para homens e mulheres foram, respectivamente, 41,12% e 32,79%, uma diferença de pouco mais de 7 pontos percentuais. Já em 1980, essa diferença tinha se reduzido a 1,12%. Em 1991, as taxas foram, respectivamente, 75,16% e 76,35%, com uma vantagem de 1,19% para as mulheres. No Censo de 2000, a vantagem feminina continuou a se ampliar, ainda que numa velocidade menor, atingindo 1,28%.

Um padrão semelhante pode ser percebido, mesmo quando se desagrega a população por cor ou raça para essa análise. A Tabela 2 e o Gráfico 4 apresentam as taxas de alfabetização desagregadas por sexo e raça. Em 1950, para todas as categorias de cor ou raça a vantagem é da população masculina. Com o tempo, o hiato diminuiu. Para os amarelos, embora a diminuição seja considerável, ainda não se vê, pelo menos na agregação de todas as idades, equidade de alfabetização para homens e mulheres. No Censo de 2000, para esse grupo, a taxa bruta masculina continua superior à feminina. No referido ano, para pardos, semelhantemente ao que acontece para a população do Brasil como um todo, é das mulheres a primazia da alfabetização. Para a população parda, assim como para o total da população, tal constatação já é verdadeira a partir do Censo de 1991. Por outro lado, para a população preta, que em 1940 apresenta uma razão de sexo de 1,5, ou seja, a taxa bruta masculina era 50%

9. Serão analisadas ao longo do texto as taxas brutas de alfabetização da população com 5 anos e mais. Nos anexos estão disponibilizadas as taxas brutas de 10 anos e mais.

maior do que a feminina, mesmo com os ganhos diferenciados privilegiando o sexo feminino, as taxas masculinas ainda se apresentam ligeiramente maiores.

GRÁFICO 3  
BRASIL: TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS  
[em %]



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

TABELA 2  
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS DE IDADE POR SEXO E COR/RAÇA  
SEGUNDO O ANO CENSITÁRIO

Ano	Total		Branca		Preta		Amarela		Parda	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	41,12	32,79	49,74	41,02	21,05	14,51	64,37	48,17	28,29	21,04
1950	44,12	37,51	53,89	46,80	24,49	18,76	75,84	66,85	30,20	24,55
1960	55,77	50,68	64,22	59,17	34,75	29,78	83,54	77,66	37,12	33,01
1970	62,32	58,72	73,08	69,64	45,68	41,53	87,23	82,67	46,75	44,30
1980	69,74	68,62	80,42	78,40	57,05	54,34	90,18	86,74	56,63	56,21
1991	75,16	76,35	84,41	84,15	65,41	65,13	93,24	91,36	65,53	67,68
2000	83,87	84,83	89,12	89,18	77,39	76,84	94,00	92,93	78,02	79,81

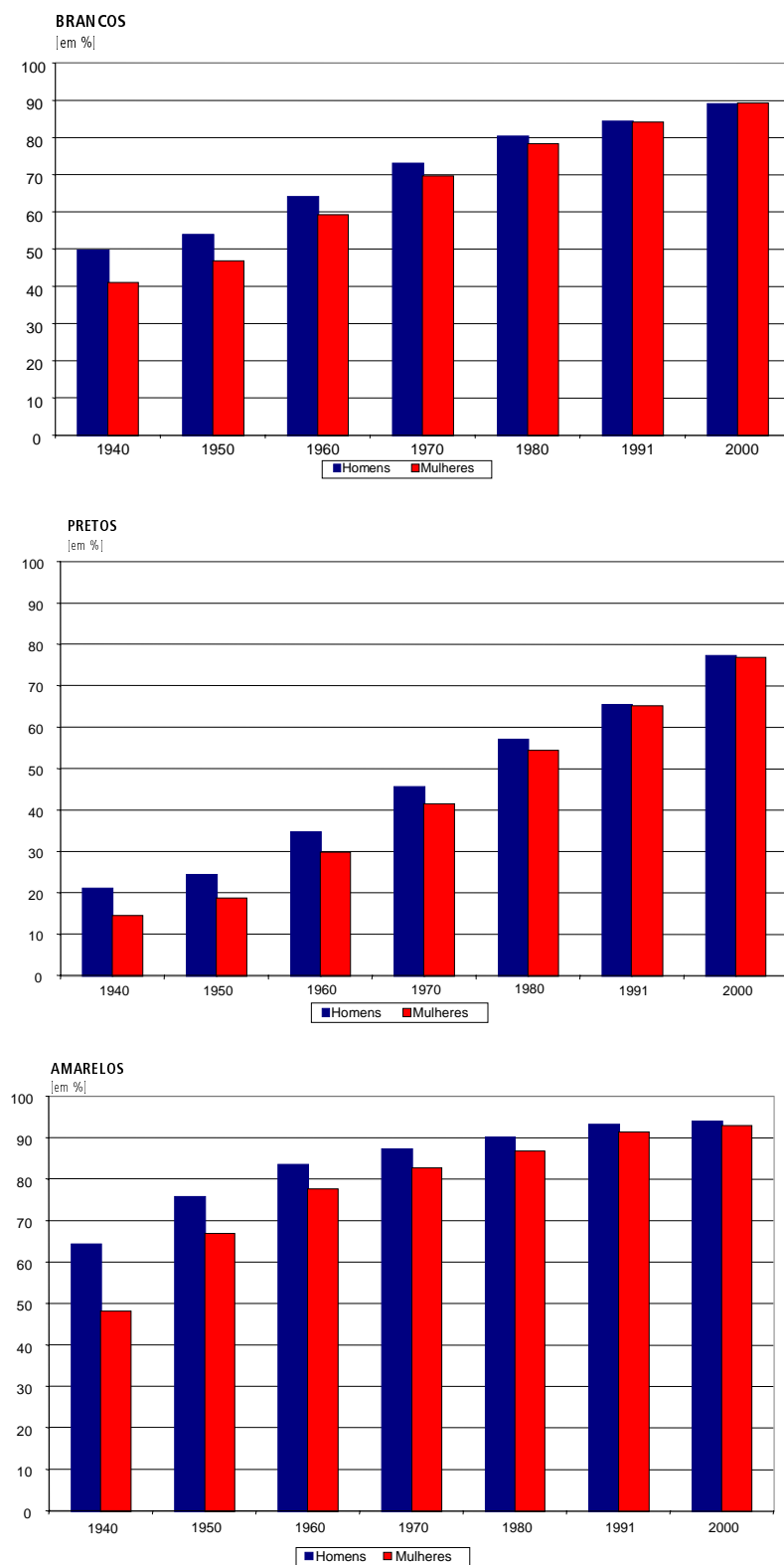
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Quando comparamos as taxas de alfabetização para a população masculina desagregada por cor ou raça (ver Gráfico 5), percebemos uma clara hierarquização. Os amarelos apresentam a maior taxa de alfabetização para todos os censos, seguidos dos brancos, ambos acima da média nacional. Abaixo da média nacional e virtualmente coincidentes, estão os pretos e pardos. Com exceção dos amarelos, que por já apresentarem altos níveis de alfabetização, conseguem um aumento de somente 30%, durante a segunda metade do século passado, todas as outras categorias apresentam ganhos superiores a 35%. Os ganhos, nos 60 anos entre 1940 e 2000, foram, respectivamente, de 39,38%, 56,34%, 29,63% e 49,73% para os homens brancos, pretos, amarelos e pardos.

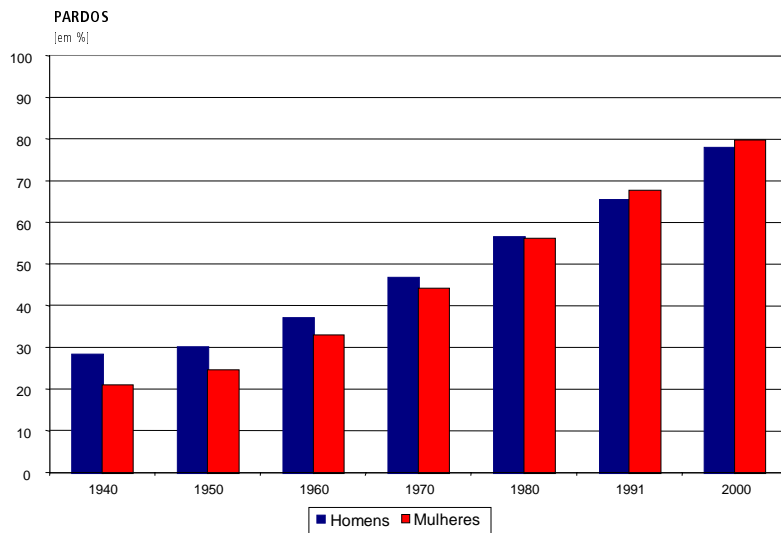
Para as mulheres (ver Gráfico 6), o quadro é bem semelhante ao encontrado para os homens, com a diferença de que os pretos se encontram consistentemente, ainda

que por poucos pontos percentuais, abaixo dos pardos. Os ganhos, nos 60 anos entre 1940 e 2000, foram, respectivamente, 48,16%, 62,33%, 44,75% e 58,78%, para as mulheres brancas, pretas, amarelas e pardas.

GRÁFICO 4  
BRASIL: TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS POR COR/RAÇA

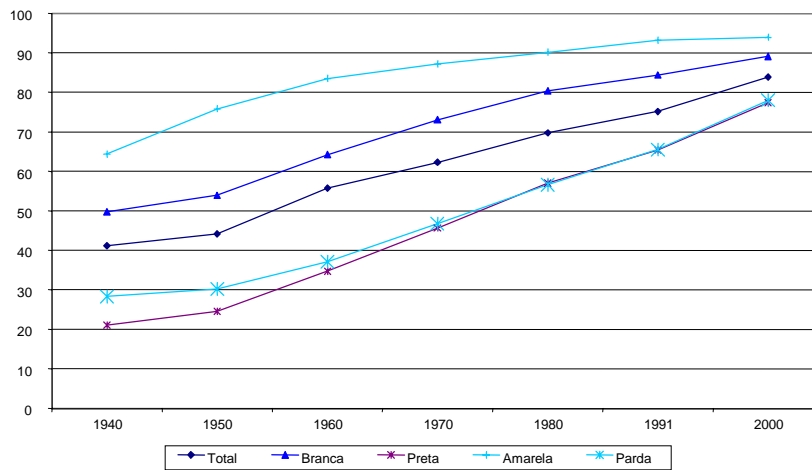






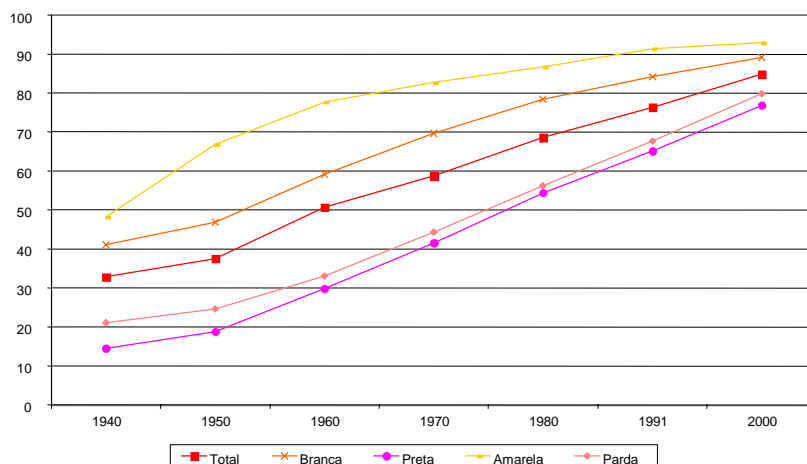
Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

**GRÁFICO 5**  
**BRASIL: TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS, POR COR/RAÇA — HOMENS**  
[em %]



Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

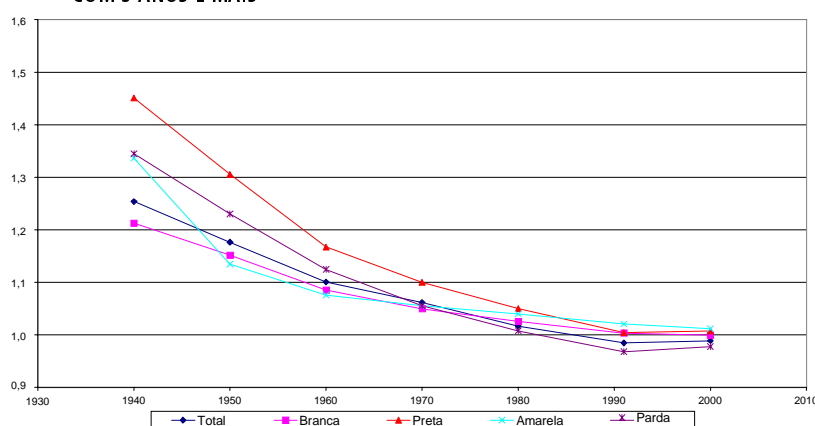
**GRÁFICO 6**  
**BRASIL: TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS POR COR/RAÇA — MULHERES**  
[em %]



Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

O Gráfico 7 apresenta a razão de sexo da taxa bruta de alfabetização. Pode-se ver que houve uma certa uniformização das diferenças entre sexos para as diferentes categorias raciais. Em linhas gerais, aquelas com maiores hiatos apresentaram uma queda maior. Em 1940 a maior diferença acontecia entre os indivíduos pretos, com 50% a mais de homens alfabetizados do que mulheres, enquanto a menor diferença acontecia entre os brancos, com apenas 22% a mais de homens alfabetizados. Em 2000, os amarelos apresentam a maior diferença, ainda que pequena, a favor dos homens, no valor de 1%. No outro extremo encontramos os indivíduos pardos que apresentam quase 3% a mais de mulheres alfabetizadas do que homens. Nesse mesmo ano, os brancos apresentam, virtualmente, uma igualdade entre os sexos.

GRÁFICO 7  
BRASIL: RAZÃO DE SEXO (H/M) DA TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

No entanto, trabalhar com a taxa da população de 5 anos e mais mascara as diferenças existentes entre as diferentes coortes. Para melhor poder apreciar as mudanças ocorridas entre os sexos e entre indivíduos do mesmo sexo, a Seção 5 analisa as informações de alfabetização desagregadas por coorte de nascimentos.

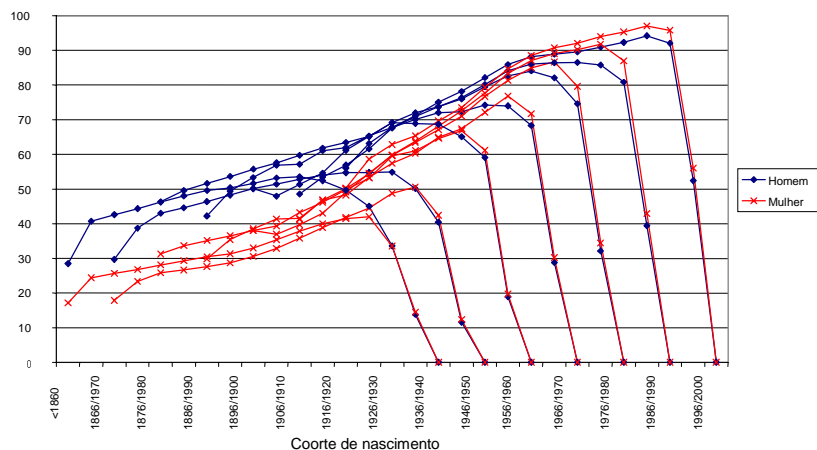
## 5 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE — BRASIL

### 5.1 TAXAS ESPECÍFICAS

O Gráfico 8 apresenta as mesmas taxas de alfabetização do Gráfico 3, porém desagregadas por coorte de nascimentos. Note-se o hiato entre os sexos de quase 20% a favor dos homens para as coortes mais velhas e a inversão da situação para as coortes mais novas de quase todos os censos, mais notável nos últimos censos. Para uma análise mais fina, os Gráfico 9 e Gráfico 10 apresentam as mesmas taxas de alfabetização em separado para cada um dos sexos.

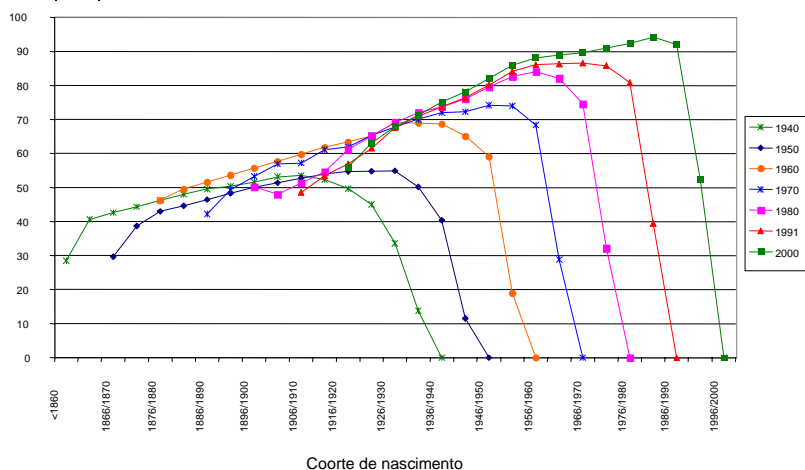
O Gráfico 9 apresenta as taxas de alfabetização dos homens brasileiros das coortes nascidas entre 1860 e 2000, tal como mensuradas nos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000. Nesse gráfico podemos apreciar a evolução das taxas de alfabetização de cada coorte através do tempo. Por exemplo, a coorte nascida entre 1946 e 1950, no censo deste último ano, apresenta uma taxa de alfabetização nula, o que era de esperar se considerarmos que, em tal censo, essa coorte apresentava idades

GRÁFICO 8  
**BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO — TODAS AS RAÇAS/CORES**  
 [em %]



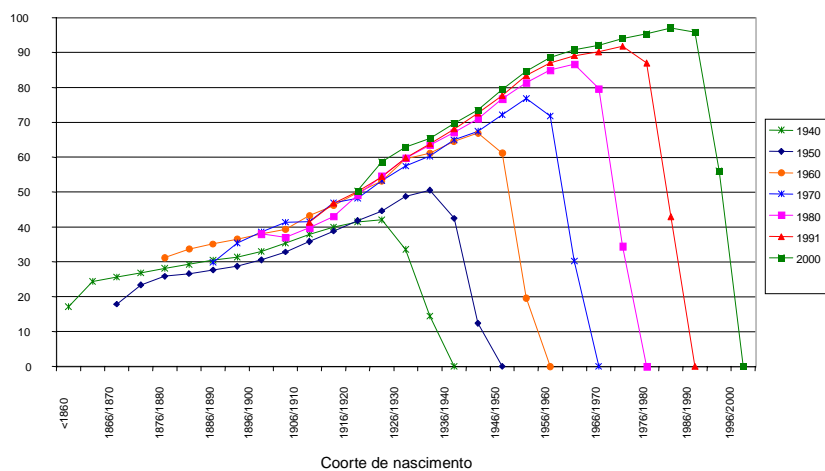
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO 9  
**BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO, TODAS AS RAÇAS/CORES — HOMENS**  
 [em %]



Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO 10  
**BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO, TODAS AS RAÇAS/CORES — MULHERES**  
 [em %]



Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

entre 0 e 5 anos.<sup>10</sup> Por outro lado, no Censo de 1960, essa coorte, já com idades compreendidas entre 10 e 15 anos, apresentava uma taxa de alfabetização de 59,6%. Dez anos mais tarde, no Censo de 1970, a mesma coorte apresentava uma taxa de alfabetização de 74,0%. Nos censos seguintes, as taxas foram, respectivamente, 80,2%, 80,4% e 81,0%. No último censo, realizado em 2000, a coorte tinha idades compreendidas entre 50 e 55 anos. Se o processo de alfabetização tivesse ocorrido somente durante a infância e adolescência, as curvas referentes aos censos deveriam se concatenar, e os valores correspondentes aos censos, quando os indivíduos já apresentam mais de 20 anos, deveriam ser constantes. Isto não acontece entre os Censos de 1950 e 1960, indicando uma alfabetização tardia ou, alternativamente, uma mortalidade diferenciada entre analfabetos e alfabetizados, ou ainda uma combinação desses dois fatores. A hipótese da mortalidade diferenciada parece menos provável, já que o hiato mensurado é razoavelmente grande. O Censo de 1940 apresenta valores um pouco superiores aos de 1950, indicando, possivelmente, um conceito de alfabetização diferente nos dois períodos (lembre-se que a informação é sempre autodeclarada).

Em linhas gerais, podemos dizer que as coortes brasileiras masculinas mais velhas apresentavam uma taxa de alfabetização em torno de 40%, e pouco a pouco, no decorrer de um século, as coortes mais novas alcançaram taxas acima de 90%. É claro que esses valores não refletem as taxas da população como um todo, já que em cada momento “censal” ela é composta de várias coortes, cada qual com uma taxa específica de alfabetização. Lembre-se que é possível a existência de duas populações com a mesma taxa específica de alfabetização por idade, embora com taxas globais diferenciadas, estas altamente dependentes da distribuição por sexo e idade da população.

Para as coortes mais velhas de cada censo, podemos notar um cruzamento com as informações de censos anteriores, como se a taxa de alfabetização tivesse diminuído com o tempo. Neste caso, aventa-se a possibilidade de que indivíduos que tenham sido realmente alfabetizados, com o tempo e a falta de hábito de leitura possam mais tarde se declarar incapazes “de ler ou escrever um simples bilhete”.

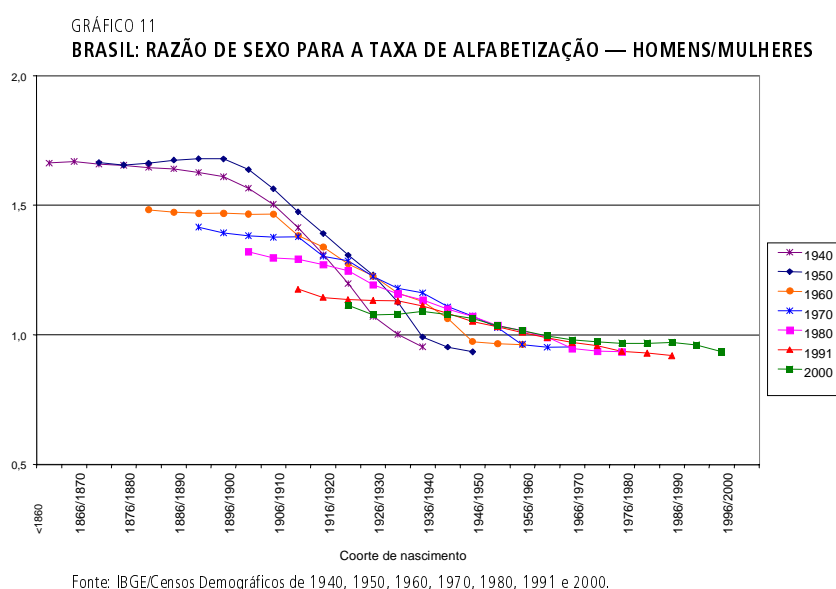
No Gráfico 10, pode-se ver que o comportamento da população feminina é semelhante ao da masculina, porém ligeiramente mais exacerbado. As coortes mais velhas do primeiro censo apresentam taxas em torno de 30%, e as mais novas, nos censos mais recentes, superam o marco de 95%, mostrando que os ganhos da população feminina foram superiores aos da masculina.

Para a população feminina, nota-se o mesmo deslocamento entre os Censos de 1950 e 1960, indicando um aumento entre os dois censos de quase 10% na taxa de alfabetização das mulheres com mais de 20 anos de idade bem como a ligeira discrepância entre os dados de 1940 e 1950. Entre a população do sexo feminino, é menos notável a redução das taxas para os grupos extremos, que indica a existência da reversão ao analfabetismo.

---

10. Os intervalos etários serão considerados sempre fechados à esquerda (incluindo a idade) e abertos à direita (excluindo a idade). Considerou-se que a diferença entre as taxas para os grupos etários defasados referentes ao Censo de 1991 e os grupos padrões seria negligenciável.

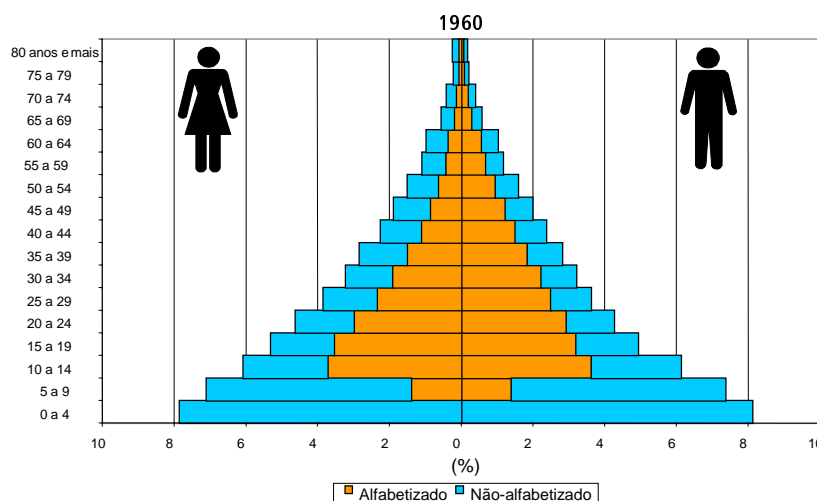
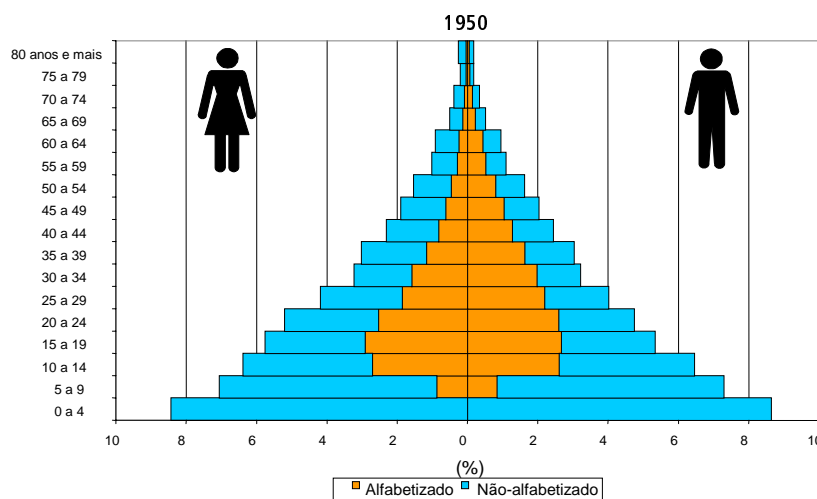
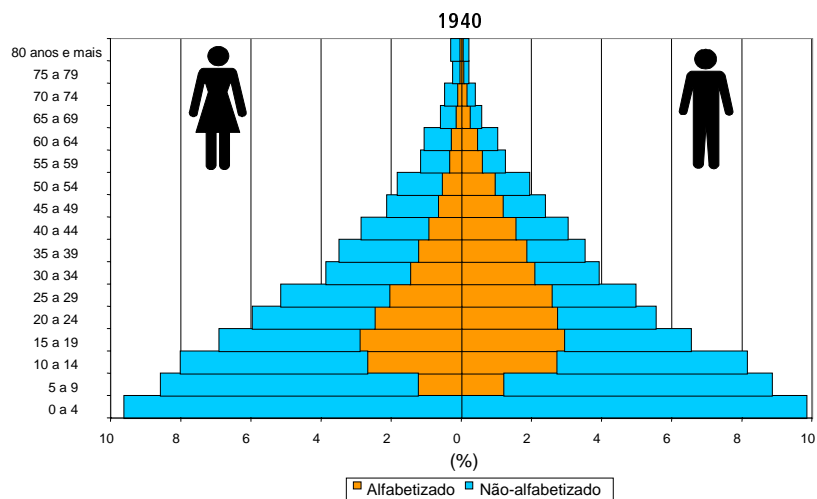
O Gráfico 11 apresenta as razões de sexo das taxas de alfabetização para as diferentes coortes de nascimento nos censos disponíveis. Para as gerações mais velhas, existem cerca de 66% a mais de homens alfabetizados do que mulheres. Nas coortes mais novas, a diferença é de 6% em favor das mulheres. Pode-se notar, aqui, o progresso que as mulheres mais velhas conseguiram com respeito à alfabetização. Se acompanharmos a razão de sexos de uma determinada coorte através dos censos, podemos ver uma diminuição sensível da diferença entre os sexos. Por exemplo, para a coorte nascida entre 1896 e 1900, a diferença em 1950 era de 63% em favor dos homens, bem semelhante aos 56% encontrados em 1940. Já em 1960, a diferença tinha diminuído para 46%. Os valores para 1970 e 1980 foram, respectivamente, 38% e 30%, assegurando no período de 30 anos uma diminuição de 26% na diferença. O que se nota para todos os censos é que as mulheres apresentam taxas mais altas para as primeiras idades. Todavia, com o passar do tempo e o provável abandono da escola, apresentam taxas mais baixas do que as da população masculina, que permanece mais tempo nos bancos escolares [ver Beltrão (2002)]. Lembre-se que, nas idades mais jovens, o ensino formal é o responsável pela quase totalidade da alfabetização.

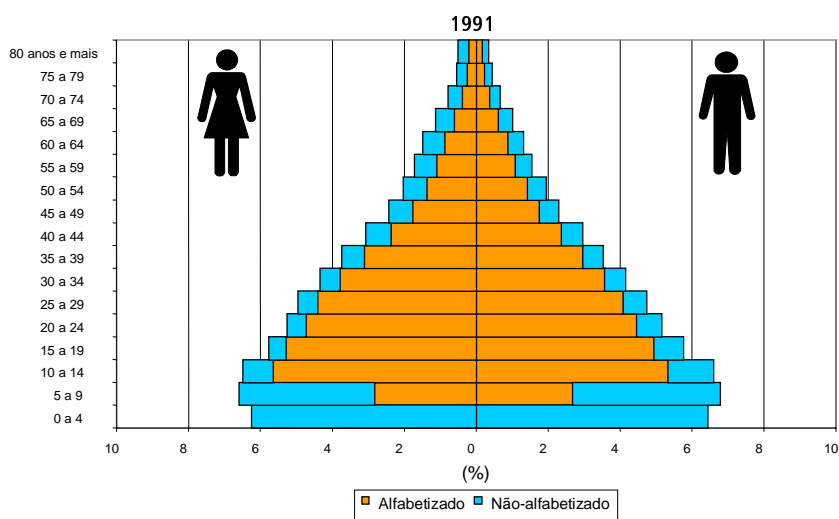
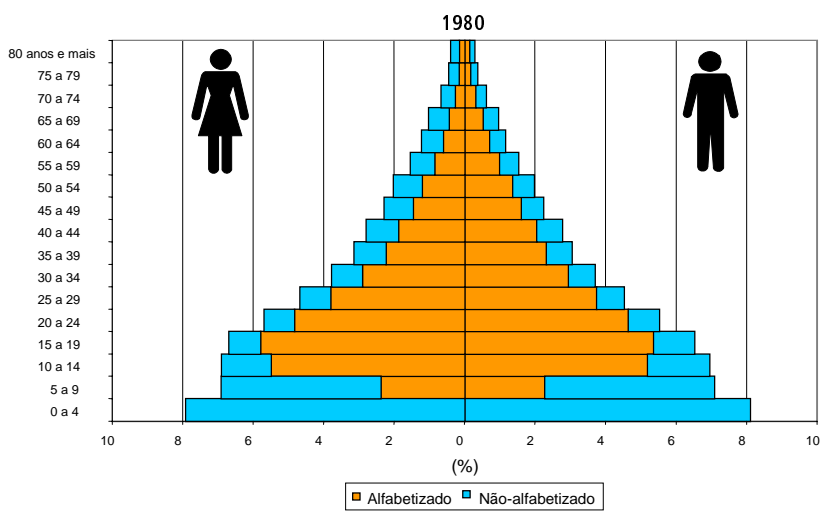
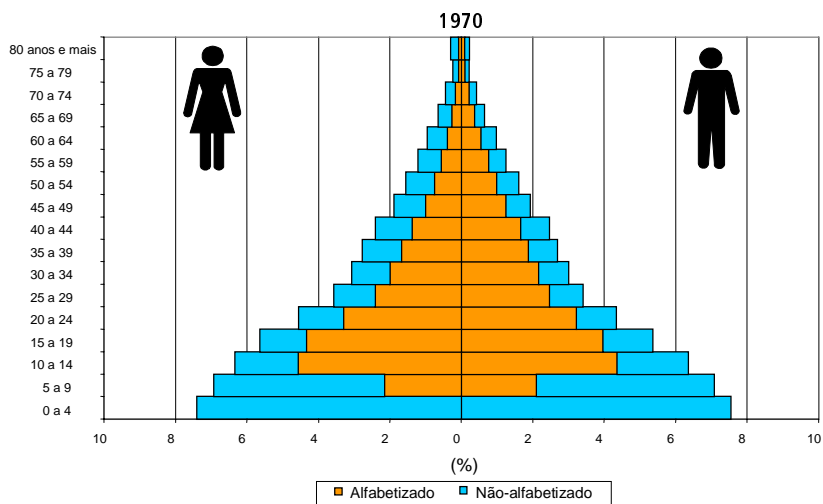


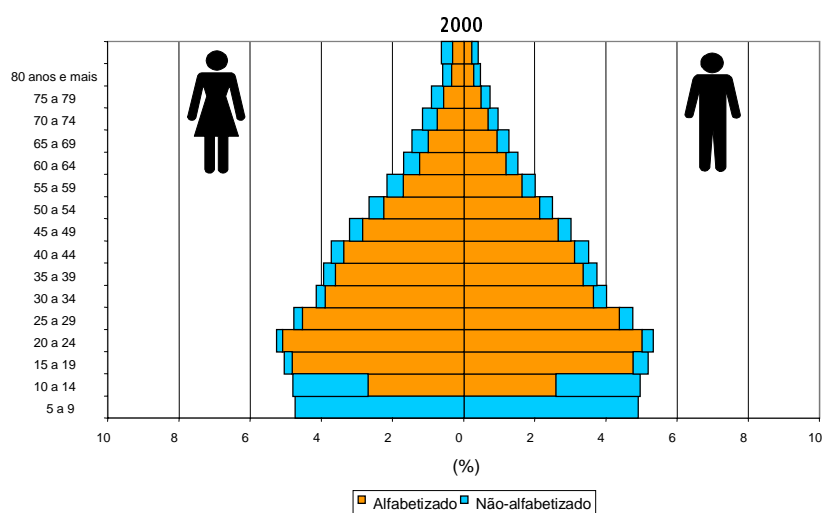
## 5.2 PIRÂMIDES ETÁRIAS

O Gráfico 12 apresenta, sob a forma de pirâmide, os contingentes das populações alfabetizada e não-alfabetizada divididas por faixas etárias e desagregadas por sexo, de acordo com os censos entre 1940 e 2000. Nota-se um progressivo aumento da população alfabetizada (cerne da pirâmide) em comparação com a população analfabeta (borda da pirâmide). Se compararmos a pirâmide relativa a 1940 com a de 2000, é patente o progresso na proporção de alfabetizados.

GRÁFICO 12  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO — TODAS AS RAÇAS/CORES — 1940-2000







Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nas pirâmides referentes aos Censos de 1940, 1970 e 1980, o contingente de indivíduos alfabetizados de ambos os sexos apresenta um crescimento até a faixa de 15 a 20 anos. A partir dessa faixa, tal contingente vai caindo progressivamente. Na pirâmide que concerne ao ano de 1950, o máximo é alcançado na faixa etária de 15 a 20 anos para as mulheres e de 20 a 25 anos para os homens. O quadro para cada censo é semelhante, apenas com um nível mais alto de alfabetização com o passar do tempo. De acordo com os dados levantados em 1970, quase duplica (em relação a 1960) a proporção de alfabetizados ainda crianças, isto é, na faixa de 5 a 9 anos. Isto também é verdade para a faixa de 10 a 14 anos. Esse número aumenta em taxas menores a partir da faixa de 15 a 19 anos. A partir daí, o aumento apresentado pelos diferentes grupos etários vai diminuindo progressivamente. Em 1991, há um aumento significativo de alfabetizados, e o máximo volta a acontecer no grupo etário de 10 a 15 anos. Em 2000, como em 1970 e 1980, o máximo acontece outra vez na faixa de 15 a 20 anos. Note-se que, paralelamente ao que se observa para as taxas de alfabetização, nos grupos etários mais velhos há sempre proporcionalmente mais mulheres alfabetizadas, enquanto nos mais jovens também é das mulheres a primazia.

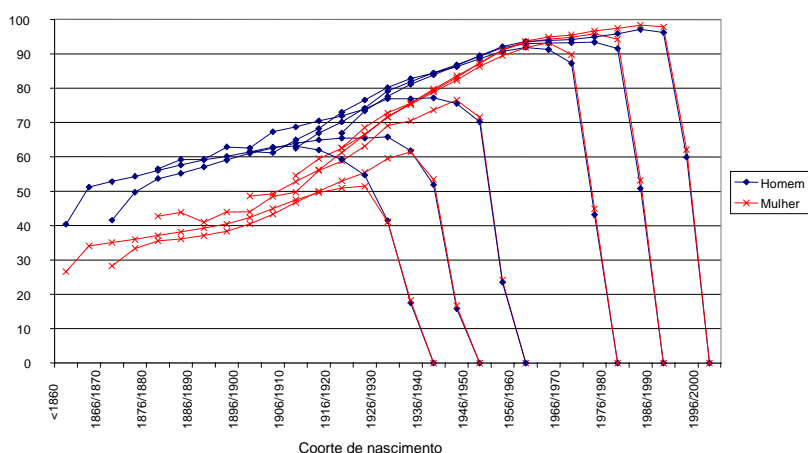
## 6 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — BRANCOS

### 6.1 TAXAS ESPECÍFICAS

O Gráfico 13 apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens brancos das coortes nascidas entre 1860 e 2000, de acordo com os dados dos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000. Nesse gráfico, pode ser vista a evolução, no tempo, de cada coorte. A exemplo do que se observa para a população como um todo (comparar com o Gráfico 8), é bem claro o hiato de gênero a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos, bem como a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes.



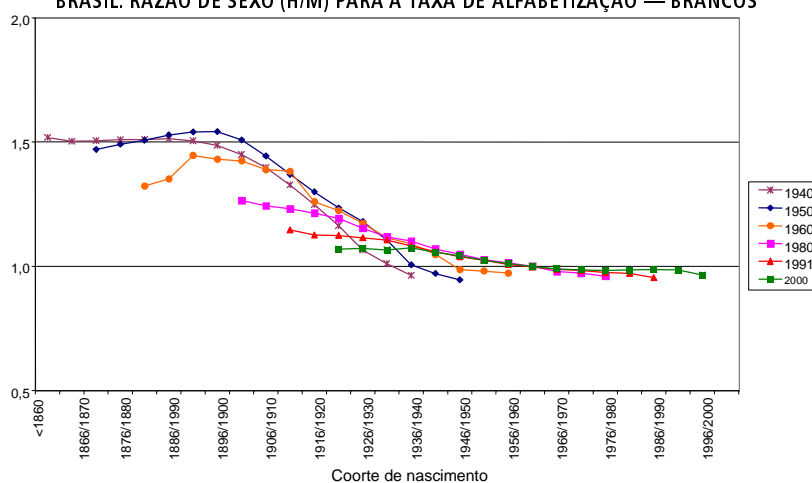
GRÁFICO 13  
BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO — BRANCOS  
[em %]



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

No Gráfico 14, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens brancos. O hiato de gênero é confirmado. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização 50% mais altas do que as das mulheres. Para as coortes mais jovens, existe uma inversão no sinal do hiato, mas a vantagem feminina é mais modesta, alcançando um valor em torno de 7%. A população branca também apresenta o mesmo padrão encontrado para o Brasil como um todo: mulheres se alfabetizam mais cedo, embora interrompam a frequência à escola mais cedo do que os homens (novamente assumindo-se que, nas primeiras idades, é na escola, através do ensino formal, que ocorre a alfabetização).

GRÁFICO 14  
BRASIL: RAZÃO DE SEXO (H/M) PARA A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO — BRANCOS



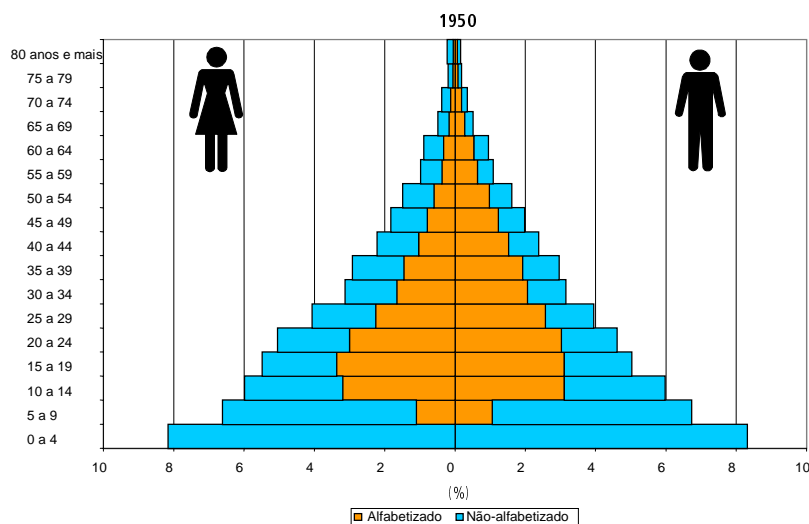
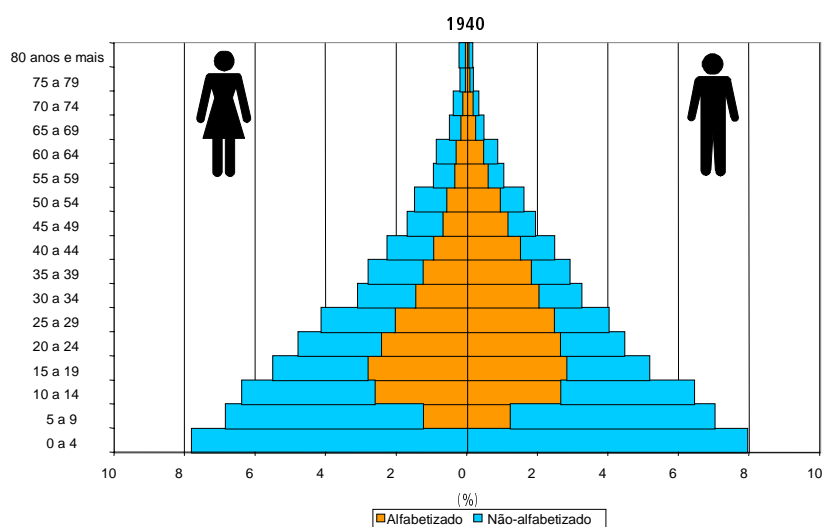
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

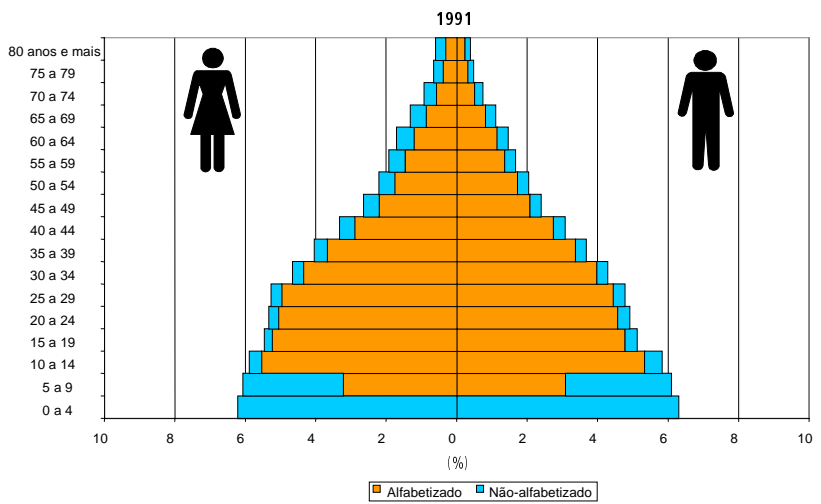
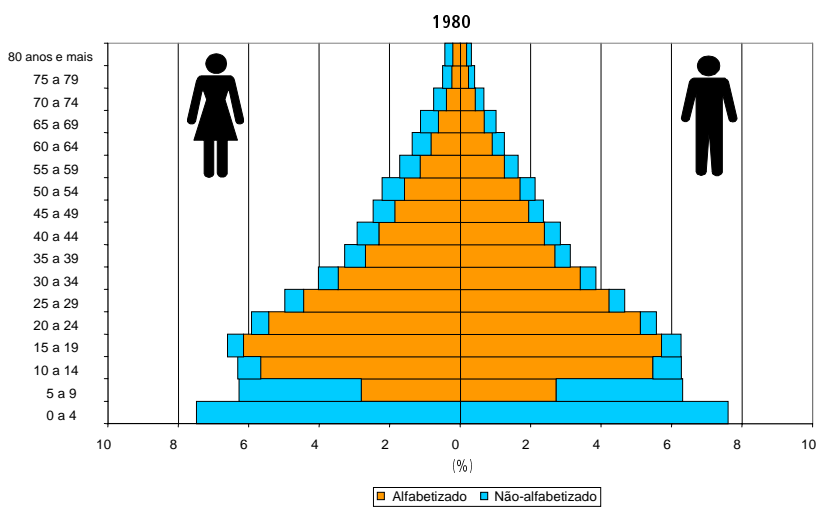
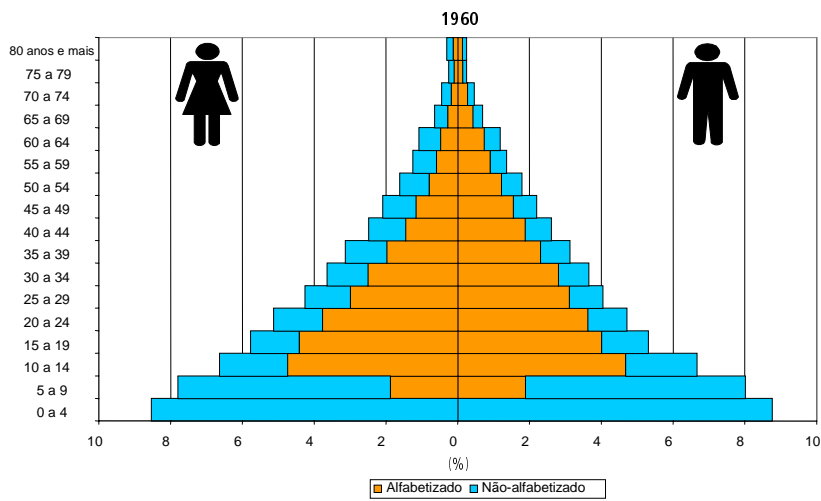
## 6.2 PIRÂMIDES ETÁRIAS

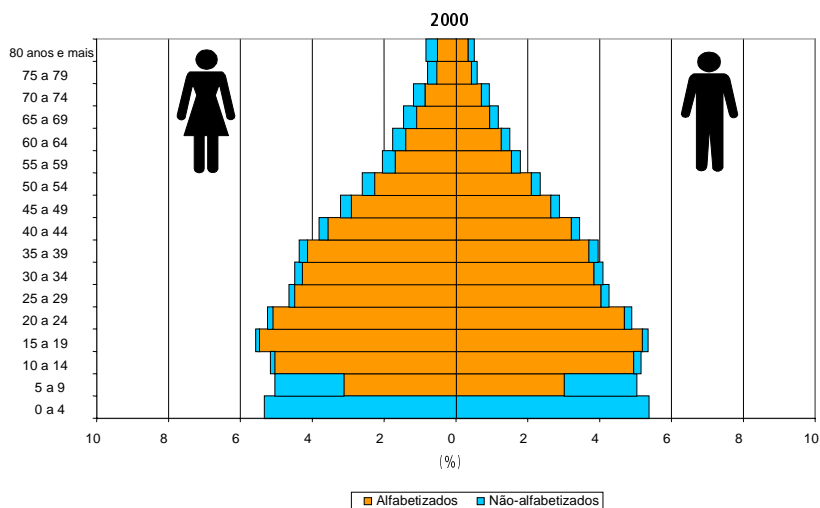
O Gráfico 15 mostra a condição de alfabetização de mulheres e homens brancos classificados por grupo quinquenal de idade nos anos censitários de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000. Nos anos de 1960, 1980, 1991 e 2000, pode-se ver que, nas idades mais avançadas, prevalece o número de analfabetos sobre os alfabetizados, notando-se um número maior de mulheres não-alfabetizadas do que de homens na

mesma situação. Em relação aos alfabetizados, há uma diferença bastante significativa em favor dos homens até a faixa de 40 a 44 anos. Essa diferença começa a diminuir fortemente na faixa de 25 a 29 anos, até que na faixa de 15 a 20 anos o contingente feminino chega a ser maior do que o masculino. A taxa cai um pouco para ambos os sexos na faixa de 10 a 15 anos. Em 1980, 1991 e 2000, o número de alfabetizados de ambos os sexos sofreu um aumento notável. Semelhante ao que acontece para a população como um todo, existem proporcionalmente mais homens alfabetizados nos grupos etários mais velhos e menos em igual situação nos grupos etários mais jovens *vis-à-vis* as mulheres.

GRÁFICO 15  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO — BRANCOS — 1940-2000







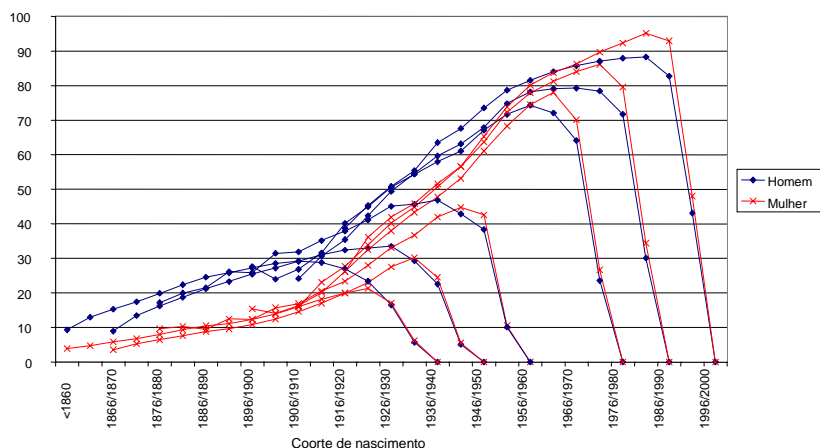
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

## 7 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — PRETOS

### 7.1 TAXAS ESPECÍFICAS

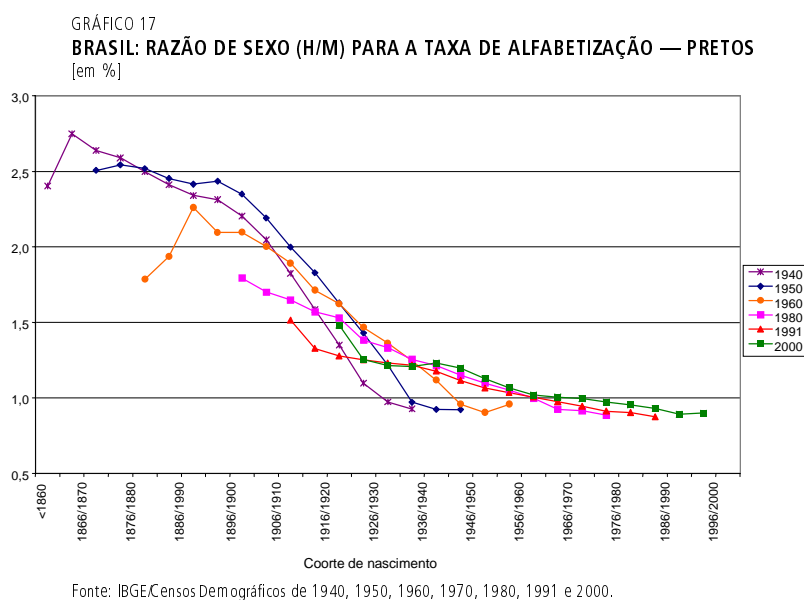
O Gráfico 16 apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens pretos das coortes nascidas entre 1860 e 2000 de acordo com os dados dos censos demográficos realizados entre 1940 e 2000. Nesse gráfico, pode ser vista a evolução, no tempo, de cada coorte. A população preta foi a que apresentou o maior progresso no período de estudo. Para as coortes mais velhas os valores das taxas de alfabetização são inferiores a 10%, enquanto para 1991 o grupo etário de 15 a 20 anos já alcança valores de quase 90%, e em 2000 já ultrapassa esse valor. Assim como o que se observa para a população como um todo (comparar com o Gráfico 8) é bem claro o hiato de gênero a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos, do mesmo modo que a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes. A diferença nos grupos etários mais jovens a favor das mulheres é maior para os pretos do que para a população como um todo.

GRÁFICO 16  
BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO — PRETOS  
[em %]



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

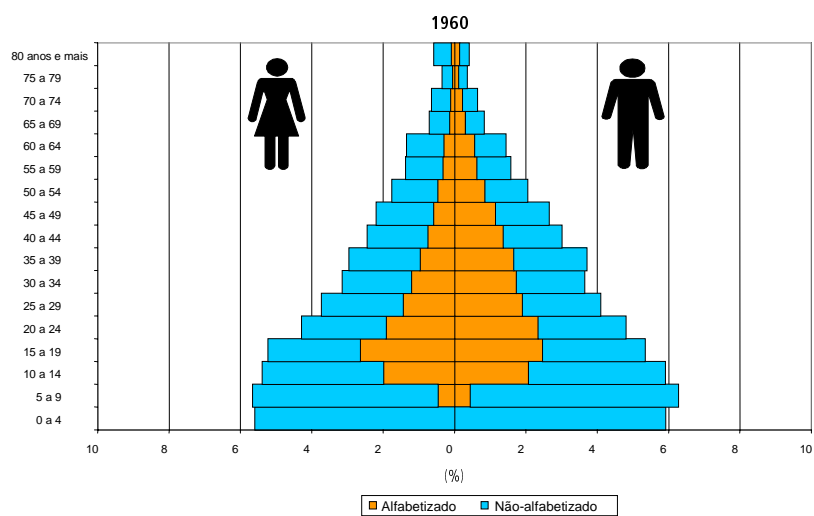
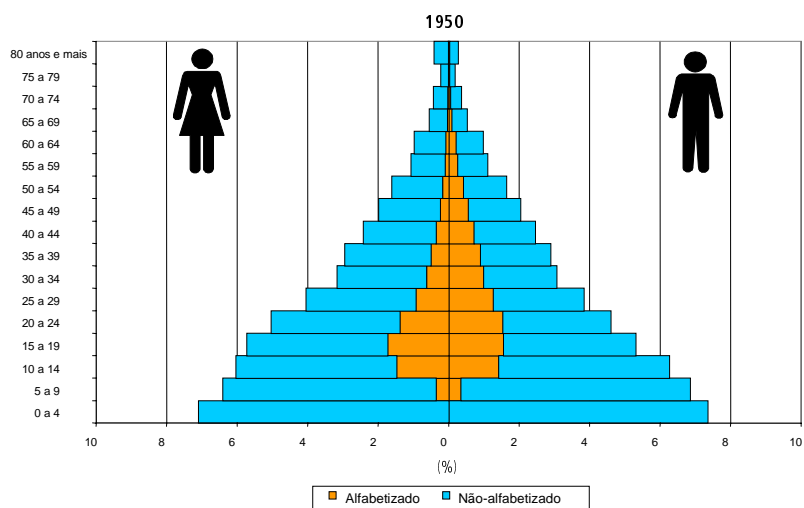
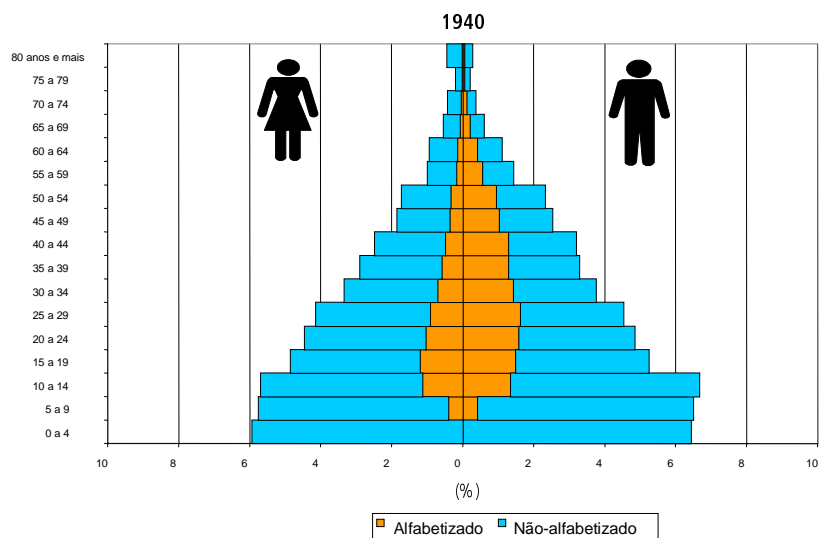
No Gráfico 17 é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens pretos. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado, porém com um intervalo de variação bem mais dilatado. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização com valores duas vezes e meia maiores do que os das mulheres correspondentes. Para as coortes mais jovens, existe a mesma inversão no sinal do hiato observada para a população como um todo, e a vantagem feminina é maior do que a encontrada para a população branca, um valor em torno de 12%. Entre os indivíduos pretos, a posição mais favorável da mulher nos primeiros grupos etários de cada censo alcança um maior intervalo do que entre os brancos.

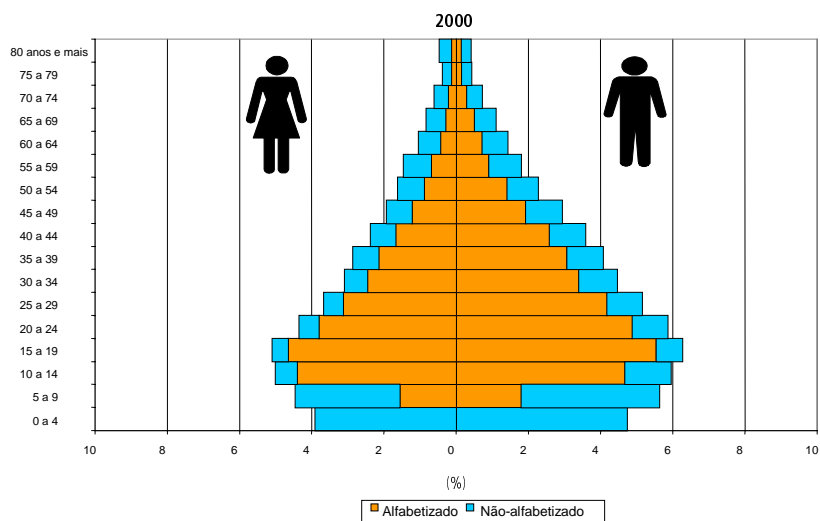
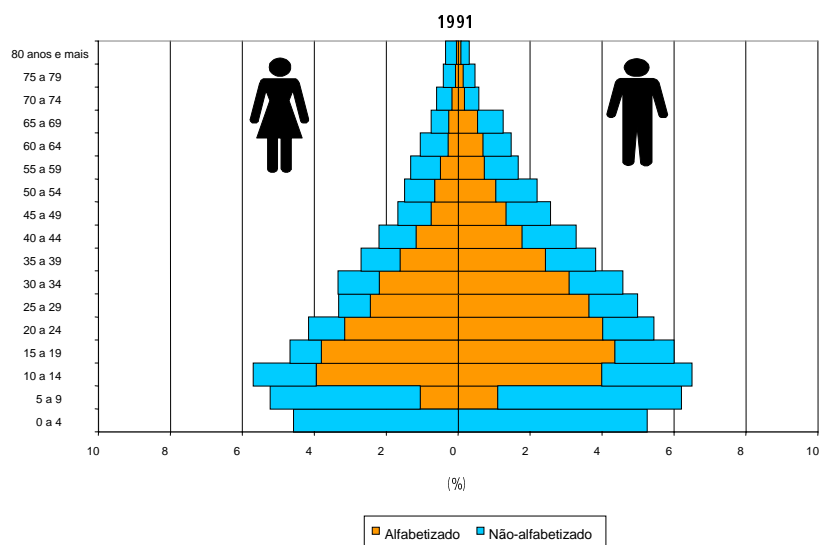
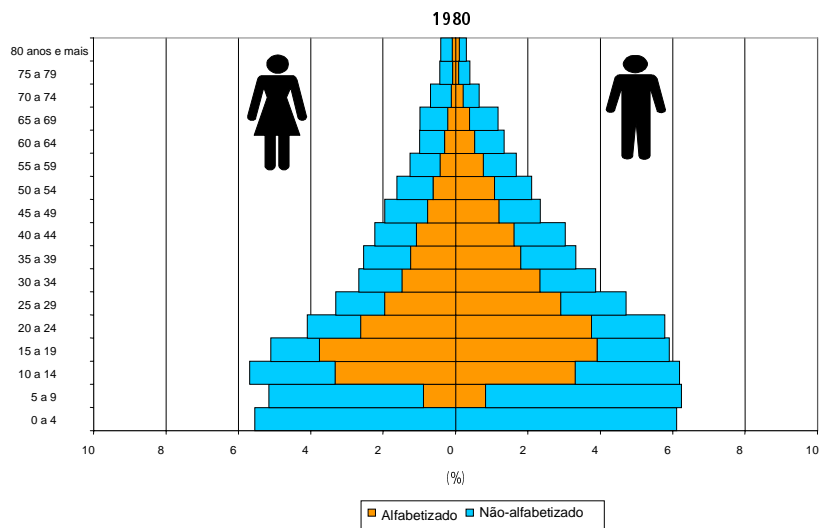


## 7.2 PIRÂMIDES ETÁRIAS

O Gráfico 18 mostra a condição de alfabetização de mulheres e homens pretos classificados por grupo etário, nos anos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000. No ano de 1950, o número de não-alfabetizados é muito maior do que o de alfabetizados para ambos os sexos e para todas as faixas etárias, e o número de mulheres alfabetizadas é quase nulo nas idades acima de 60 anos. O número de alfabetizados é maior nas faixas etárias mais jovens (de 10 a 25 anos) para ambos os sexos, ainda que em uma proporção maior para as mulheres. Similarmente ao que acontece para a população branca, a proporção de homens alfabetizados é maior do que a de mulheres nos grupos etários mais velhos. A partir de 1980, o quadro de desigualdade do número de alfabetizados pretos em relação aos brancos sofre uma mudança muito grande. Apesar de o número de analfabetos pretos continuar a ser relativamente maior do que o número de analfabetos brancos, os primeiros passam a ter um contingente de alfabetizados maior do que o de não-alfabetizados: as taxas de alfabetização são superiores a 50% para todas as idades abaixo de 50 anos.

GRÁFICO 18  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO – PRETOS — 1940-2000



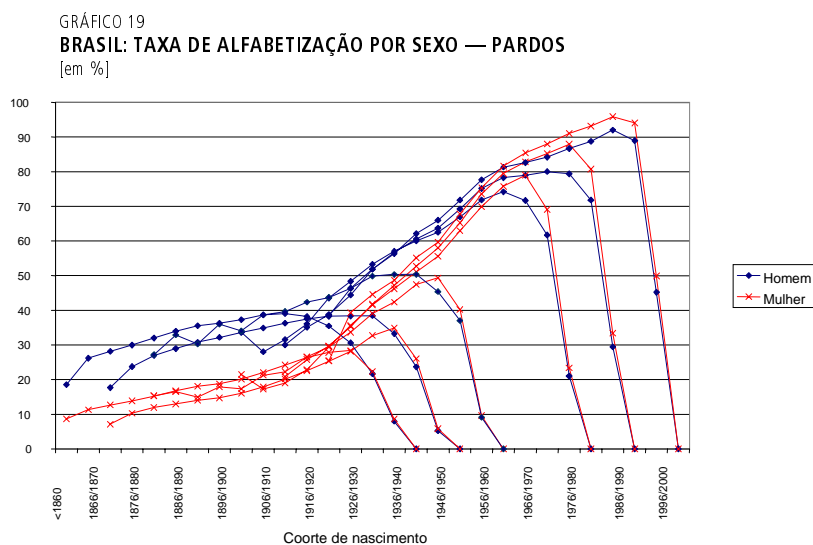


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

## 8 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — PARDOS

### 8.1 TAXAS ESPECÍFICAS

Como já comentado, a população parda apresenta um comportamento bem parecido ao da população preta. O Gráfico 19, com dados do mesmo tipo dos que já foram apresentados para o país como um todo e para as populações branca e preta, apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens pardos. Aqui também se pode observar a evolução, no tempo, das taxas de cada coorte e o hiato de gênero a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos bem como a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes. As diferenças entre os indivíduos pardos e os pretos são maiores para os homens do que para as mulheres.

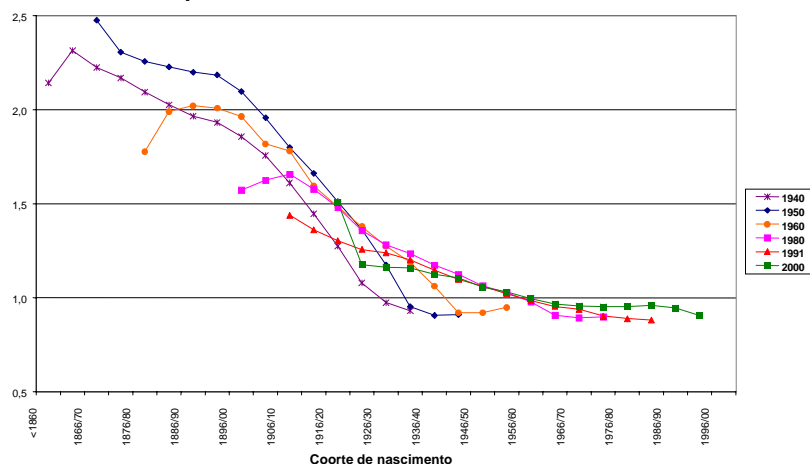


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

No Gráfico 20, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens pardos. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado aqui com um intervalo de variação menos expressivo do que para a população preta. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização com valores quase duas vezes e meia maiores do que os das mulheres correspondentes. Para as coortes mais jovens, existe também a mesma inversão no sinal do hiato observada tanto para a população como um todo quanto para as populações branca e preta, embora a vantagem feminina seja menor do que a encontrada para esta última, um valor em torno de 9%. Note-se que, em relação aos indivíduos pardos, a diminuição do hiato de gênero para os grupos etários mais velhos já é notável no Censo de 1940, enquanto para os brancos ou pretos as curvas correspondentes apresentam um platô, indicando uma permanência das diferenças.



GRÁFICO 20  
BRASIL: RAZÃO DE SEXO (H/M) PARA A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO — PARDOS

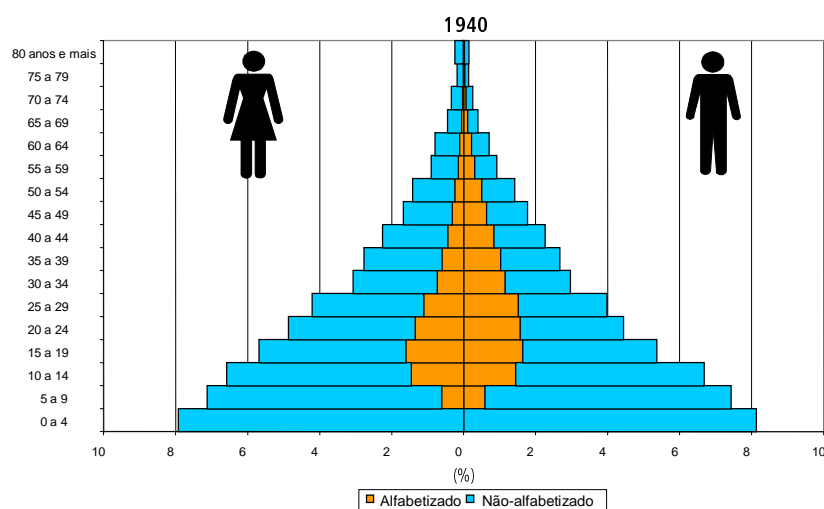


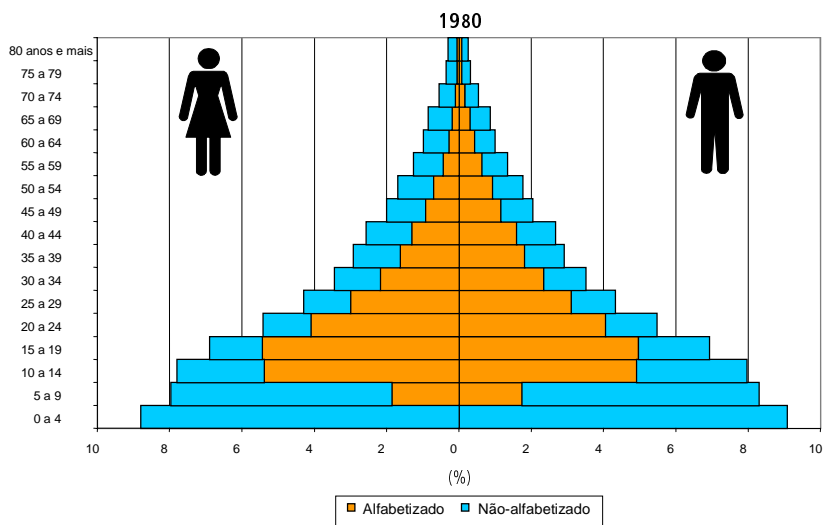
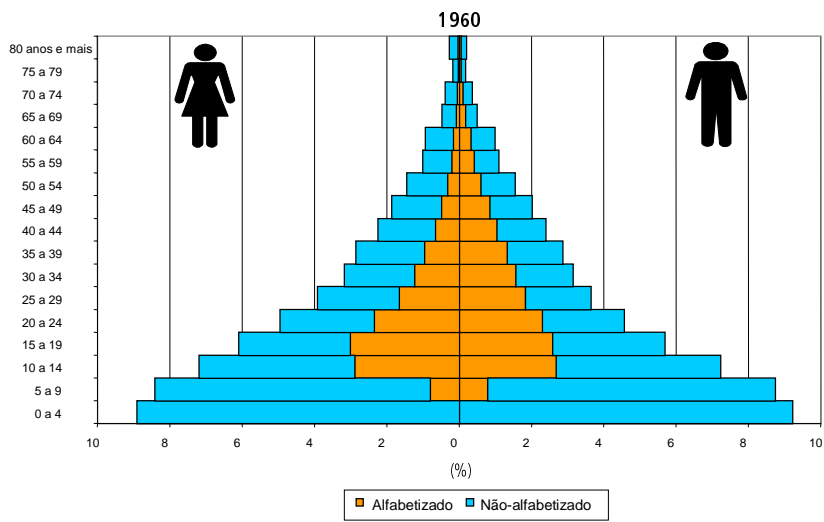
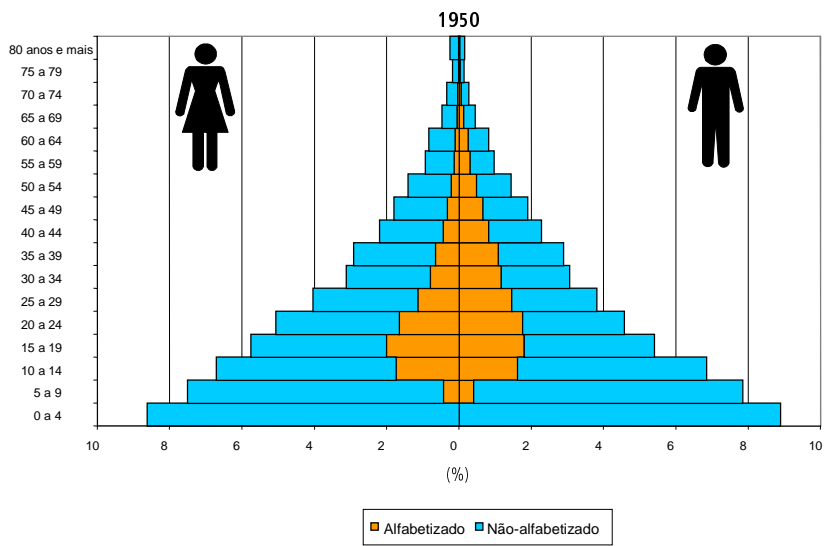
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

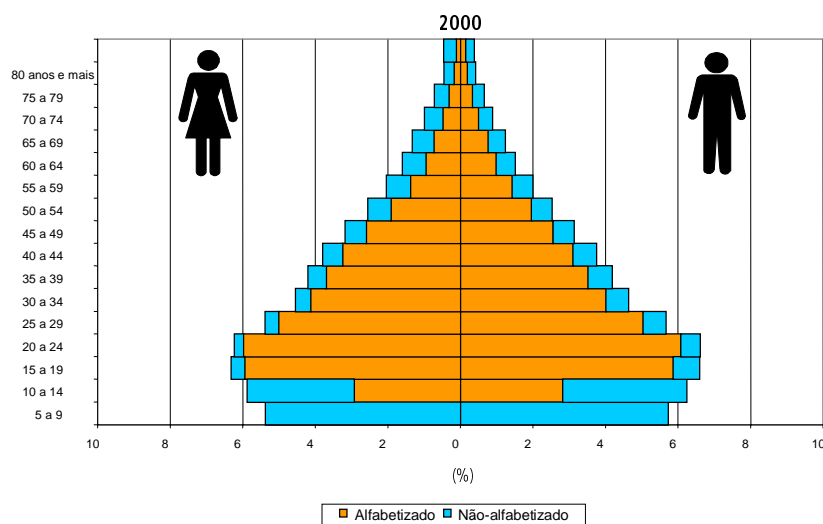
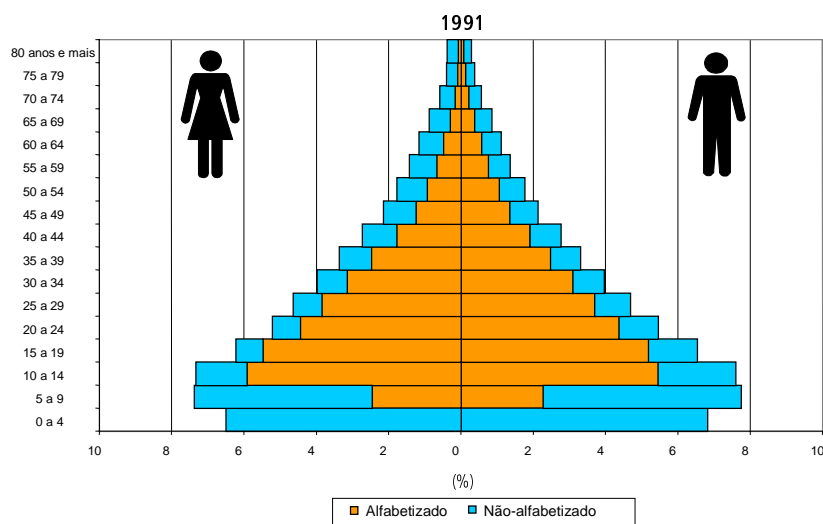
## 8.2 PIRÂMIDES ETÁRIAS

O Gráfico 21 apresenta a situação da alfabetização de mulheres e homens pardos por grupo etário quinquenal, respectivamente aos anos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000. De acordo com o Censo de 1950, a proporção de pardos não-alfabetizados é extremamente alta, apresentando valores acima dos encontrados para a população branca, ainda que abaixo dos da população preta. A faixa etária com uma concentração relativamente maior de alfabetizados é a de 15 a 20 anos. O número de mulheres alfabetizadas é quase nulo para as faixas etárias mais altas. Esse número, porém, aumenta progressivamente para as faixas etárias mais jovens. Em 1980, a proporção de mulheres e homens pardos alfabetizados é significativamente maior em todas as faixas etárias, em comparação aos censos anteriores. Houve um aumento do número de alfabetizados na faixa entre 5 e 10 anos, indicando uma participação maior da criança parda na escola do que aquela mostrada nos Censos de 1940 a 1960.

GRÁFICO 21  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO — PARDOS — 1940-2000







Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

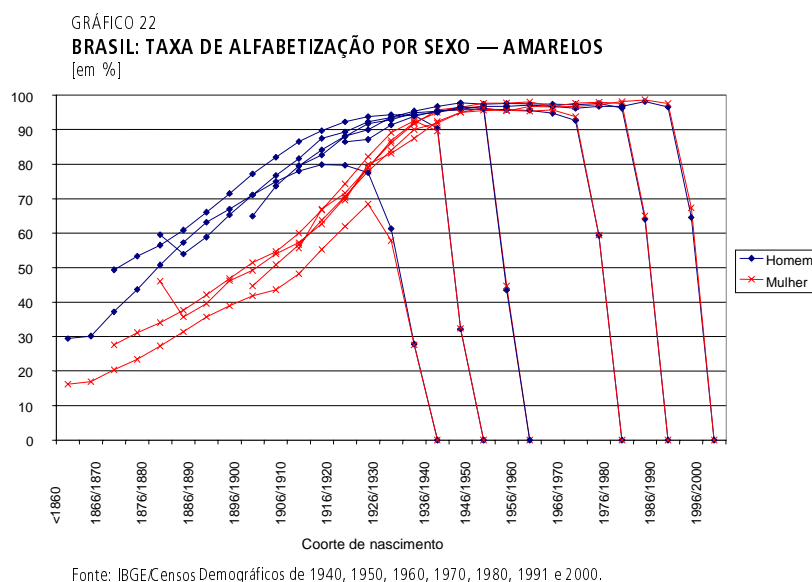
Para tal população, nota-se também uma diferença do número proporcional de alfabetizados para homens e mulheres. O padrão apresentado é similar ao observado nas outras categorias já estudadas e para o Brasil como um todo. No que diz respeito às idades acima de 45 anos, o número de mulheres analfabetas é maior do que o de homens. Na faixa de 40 a 45 anos, as cifras são bem parecidas. Já para as faixas abaixo de 40 anos, o número de homens analfabetos é maior do que o das mulheres.

## 9 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — AMARELOS

### 9.1 TAXAS ESPECÍFICAS

A população amarela, além de, presentemente, apresentar as maiores taxas de alfabetização, mostra um padrão bem diferente do das outras categorias de cor ou raça. A taxa bruta de alfabetização masculina não foi sobrepujada pela feminina até o

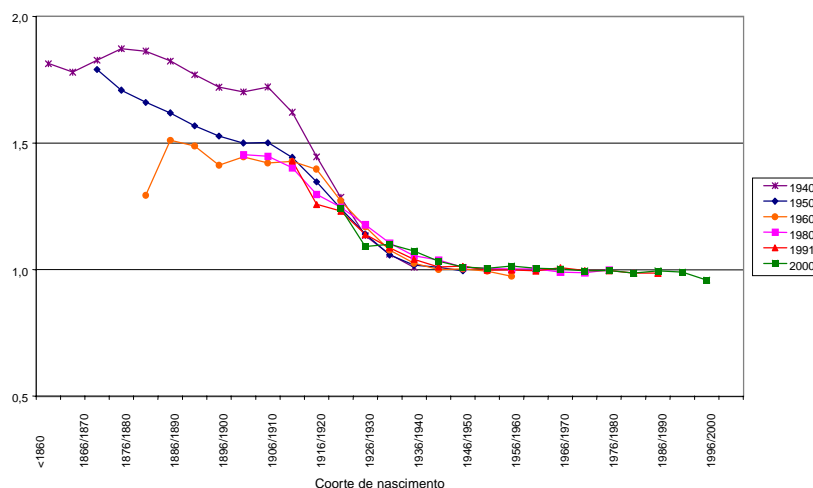
último dado disponível, 1991 (ver Gráfico 4). O Gráfico 22 apresenta as taxas de alfabetização de mulheres e homens amarelos desagregadas por coortes de nascimento para os diferentes anos censitários. Ainda que quando se considera a taxa bruta, a população masculina apresenta valores melhores; aqui também podem ser observados a evolução, no tempo, das taxas de cada coorte e o hiato entre os sexos a favor dos homens nas coortes mais velhas dos primeiros censos, bem como a reversão a favor das mulheres nas coortes mais jovens dos censos mais recentes. O que se nota é que são os indivíduos de raça amarela que apresentam o maior hiato de gênero em valores absolutos para as coortes mais velhas, um pouco mais de 20% de diferença a favor dos homens. É visível também um movimento de retangularização das taxas, não observado ainda entre os indivíduos das outras categorias. Já em 1950, tanto os indivíduos do sexo masculino quanto os do sexo feminino do grupo etário de 20 a 25 anos apresentavam taxas de alfabetização superiores a 90%, ainda que dez anos antes esta não fosse a norma. Os indivíduos brancos, mesmo dez anos depois, no Censo de 1970, não tinham alcançado ainda tais valores e, possivelmente, só em 1980<sup>11</sup> ultrapassaram essa barreira.



No Gráfico 23, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização de mulheres e homens amarelos. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização 80% mais altas do que as das mulheres. Para as coortes mais jovens, existe também uma inversão no sinal do hiato, mas a vantagem feminina é ainda mais modesta, tão-somente 3% de vantagem. A população amarela também apresenta o mesmo padrão encontrado para o Brasil como um todo: as mulheres se alfabetizam mais cedo e os homens alcançam eventualmente taxas mais expressivas. A população amarela apresenta um padrão de diminuição do hiato de gênero bem mais acelerado do que o das outras categorias de cor ou raça, ainda que perde uma ligeira vantagem masculina. Já em 1950 e em todos os censos posteriores, as coortes nascidas após 1936 apresentam uma razão de sexo virtualmente igual à unidade.

11. Como já comentado, essa informação não está disponível para o Censo de 1970.

GRÁFICO 23  
BRASIL: RAZÃO DE SEXO (H/M) PARA A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO — AMARELOS

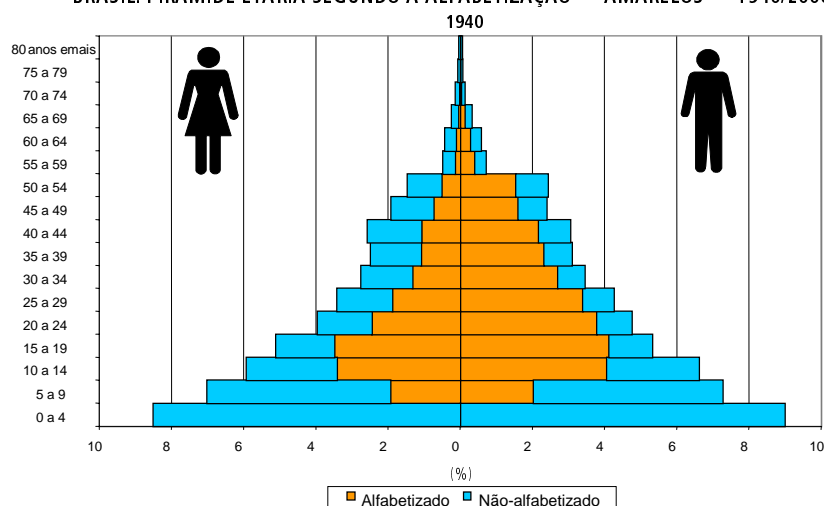


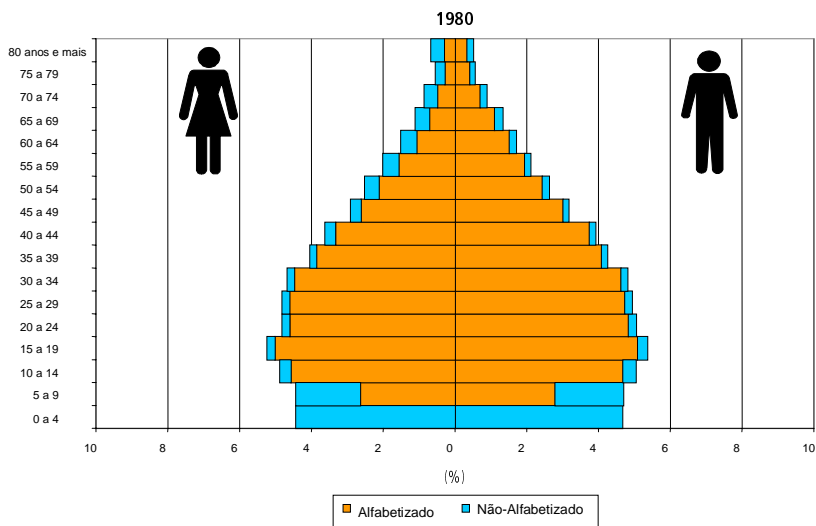
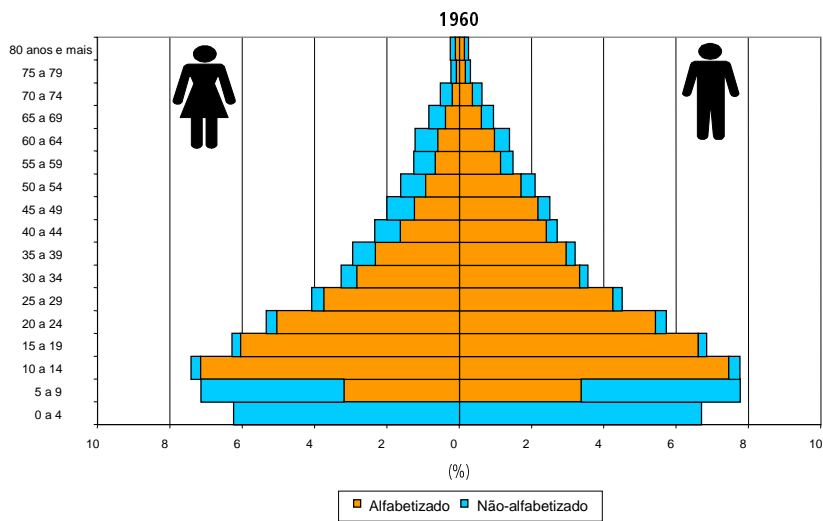
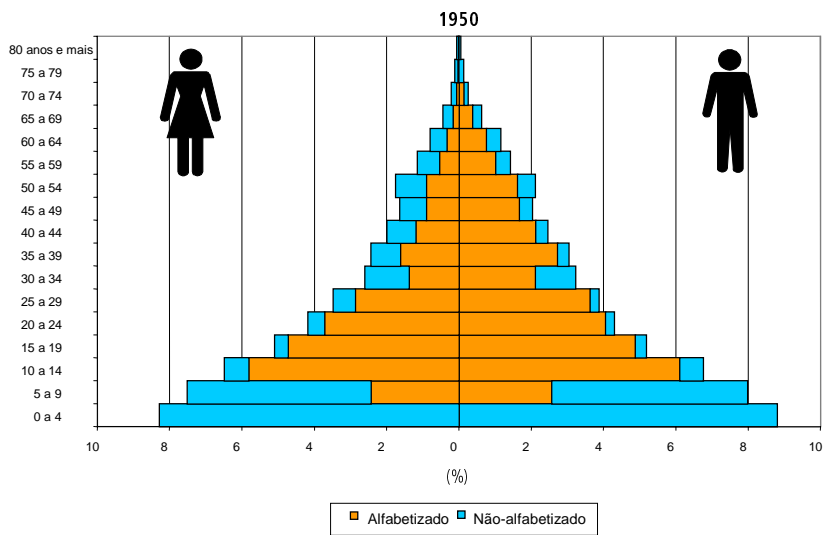
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

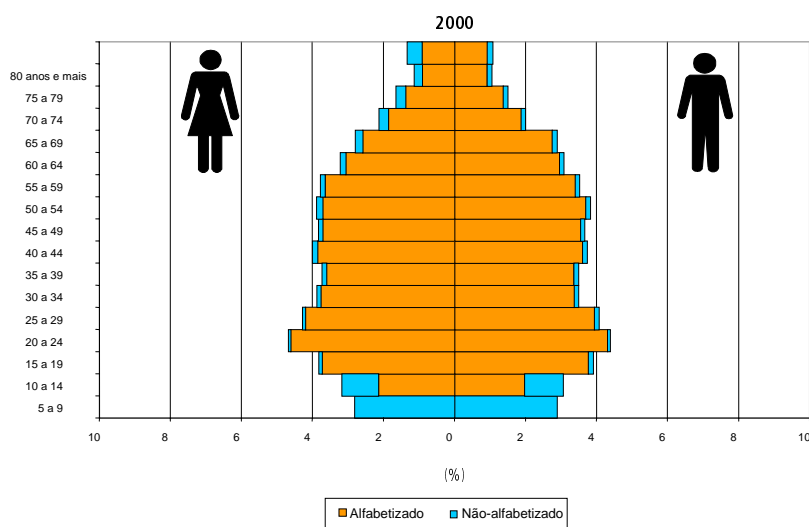
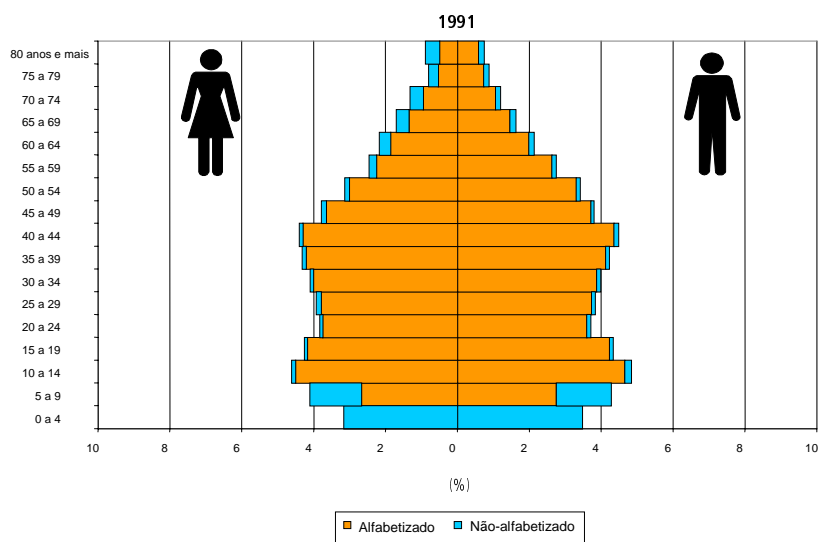
## 9.2 PIRÂMIDES ETÁRIAS

O Gráfico 24 mostra a pirâmide etária da população amarela desagregada também por condição de alfabetização, nos anos censitários entre 1940 e 2000. Naquele primeiro ano, o quadro da alfabetização para os pertencentes a essa categoria é absolutamente diferente dos quadros apresentados para as outras. Já nesse segundo ano, o número de alfabetizados é muito superior ao de não-alfabetizados. Porém, tal como ocorre com as outras categorias, o número de mulheres analfabetas é relativamente maior em comparação com o dos homens, nas faixas etárias mais velhas. A quase erradicação do analfabetismo, entre os indivíduos amarelos, é patente nos últimos anos disponíveis, ou seja, 1991 e 2000. Aqui, novamente o tamanho exíguo da população amarela e o caráter amostral da coleta de informações sobre raça podem explicar o caráter descontínuo das pirâmides.

GRÁFICO 24  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO — AMARELOS — 1940/2000







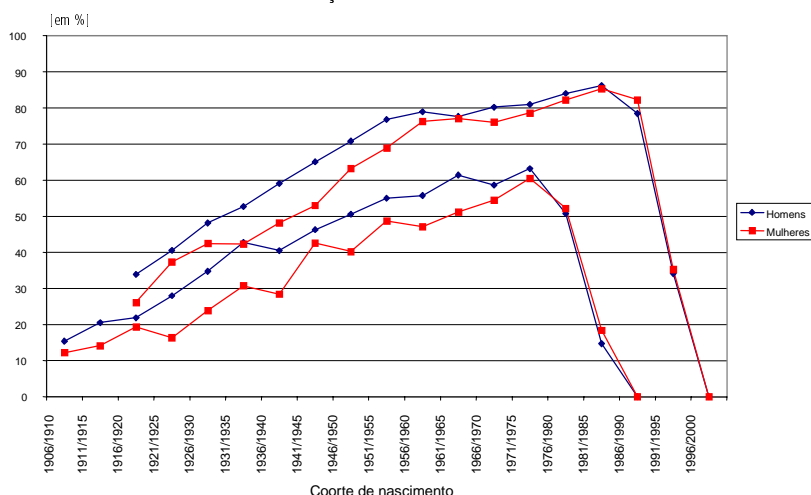
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980, 1991, 2000.

## 10 ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E IDADE: BRASIL — INDÍGENAS

### 10.1 TAXAS ESPECÍFICAS

A população indígena é a que apresenta os valores mais baixos de alfabetização. O Gráfico 25 mostra a condição de alfabetização de homens e mulheres indígenas, de acordo com os Censos de 1991 e 2000. Em 1991, a proporção de não-alfabetizados é maior entre as faixas etárias mais velhas, embora o hiato pareça razoavelmente constante para as idades acima de 25 anos, e em 2000, acima de 45 anos. Para os indivíduos com menos de 10 anos, percebe-se uma pequena vantagem da população feminina, em ambos os anos.

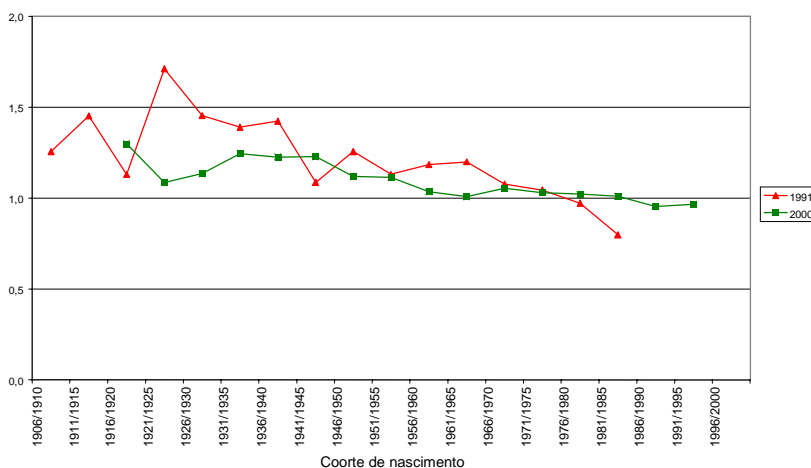
GRÁFICO 25  
BRASIL: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO — INDÍGENAS



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

No Gráfico 26, é apresentada a razão de sexo para a taxa de alfabetização da população indígena. Mais uma vez, o hiato de gênero é confirmado, ainda que historicamente seja o que apresenta menor diferença entre homens e mulheres. Para esse contingente, o padrão da evolução do hiato é semelhante ao encontrado para todas as outras categorias de cor ou raça, com exceção da amarela. Os homens das coortes mais velhas apresentam taxas de alfabetização mais altas do que as das mulheres, e o oposto ocorre para as coortes mais jovens.

GRÁFICO 26  
BRASIL: RAZÃO DE SEXO (H/M) PARA A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO — INDÍGENAS



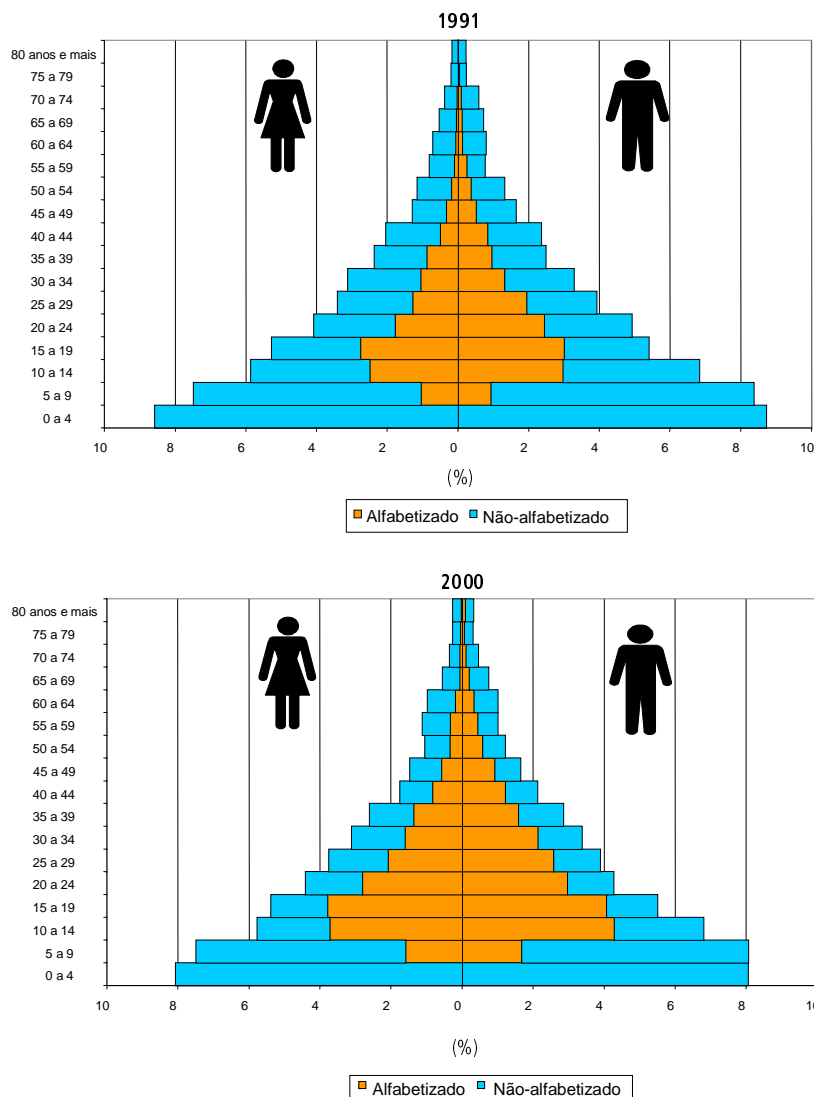
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

## 10.2 PIRÂMIDES ETÁRIAS

O Gráfico 27 apresenta a pirâmide etária para a população indígena nos anos de 1991 e 2000. Ela apresenta uma configuração semelhante à encontrada para a população branca em 1960 e 1980, respectivamente.



GRÁFICO 27  
BRASIL: PIRÂMIDE ETÁRIA SEGUNDO A ALFABETIZAÇÃO — ÍNDIGENAS — 1991 e 2000



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1991 e 2000.

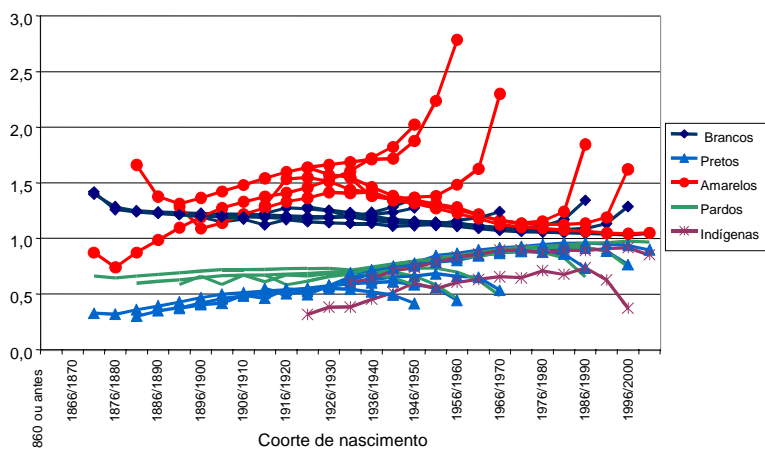
## 11 COMPARAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DE COR OU RAÇA

### 11.1 TAXAS MASCULINAS

O Gráfico 28 apresenta as razões das taxas de alfabetização por cor ou raça e o total do Brasil por coorte de nascimentos para a população do sexo masculino, como mensurados em diversos censos. Razões acima do total Brasil implicam taxas maiores do que a média nacional, e razões abaixo, taxas menores. O que podemos notar é que existem raças que se apresentam sempre acima da média nacional e outras que se apresentam sempre abaixo da mesma. Também aqui fica evidente uma hierarquização racial nas taxas de alfabetização: amarelos, brancos, pardos e pretos. No passado recente, os indivíduos pardos e os que se declaram pretos apresentam taxas quase que coincidentes. Em linhas gerais, o movimento é de uma uniformização das taxas: os valores das coortes mais velhas nos censos mais antigos apresentam uma dispersão maior do que os das coortes mais novas nos censos mais recentes. As exceções são os grupos de 5 a 10 anos e de 10 a 15 anos, que apresentam valores bem dispersos,

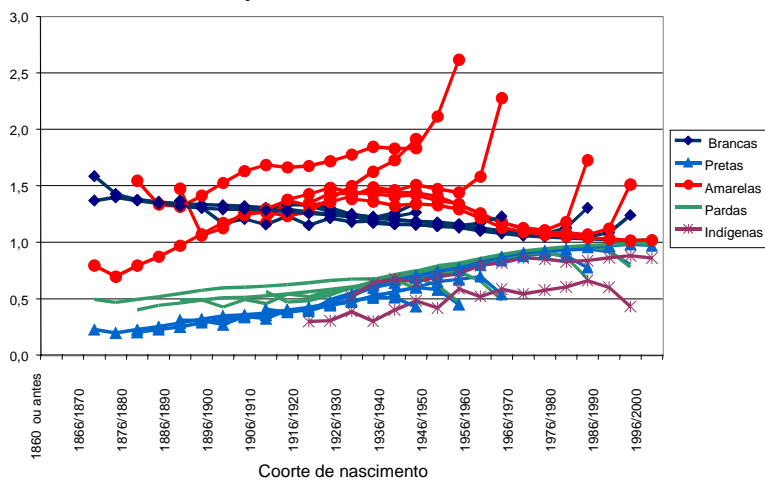
indicando uma entrada na escola diferenciada por cor ou raça. As populações amarelas e brancas se alfabetizam muito mais cedo do que as pretas e pardas. No Censo de 1950, os meninos amarelos, no grupo etário 5 a 10 anos, apresentaram uma taxa de alfabetização mais de 2,5 vezes maior do que a média nacional. Nos Censos de 1980 e 1991, as taxas foram, respectivamente, 1,7 e 1,5 vez maior do que a citada média. Uma outra discrepância é o comportamento da população amarela como um todo: no Censo de 1950 apresentou uma melhora surpreendente, mesmo *vis-à-vis* a branca, já que possui o único conjunto de dados ascendentes entre todos os pontos do gráfico, fato que denota um distanciamento do comportamento do todo. Nesse caso, ocorre um crescimento muito maior da taxa de alfabetização do que o dos outros grupos. Em média, tal população apresenta taxas mais de 50% superiores às taxas nacionais. Nos censos seguintes continua com uma posição privilegiada, embora não exceda os 50% da média nacional e apresente uma curva descendente.

GRÁFICO 28  
BRASIL: RAZÃO DA TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR COR/RAÇA E A MÉDIA DA POPULAÇÃO — HOMENS



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO 29  
BRASIL: RAZÃO DA TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR COR/RAÇA E A MÉDIA DA POPULAÇÃO — MULHERES



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Para as populações brancas e amarelas nos primeiros anos censitários estudados, os valores correspondentes ao último grupo etário são superiores aos do grupo etário vizinho, podendo ser causados pela mortalidade diferenciada: indivíduos de menor renda e menor escolaridade apresentariam maior mortalidade, o que aumentaria a taxa de alfabetização dos sobreviventes.

Para a população indígena, as informações restringem-se aos Censos de 1991 e 2000. Os valores são os mais baixos apresentados por qualquer outra categoria de cor ou raça, em média 50% das taxas nacionais. Os ganhos entre 1991 e 2000 são, porém, muito expressivos.

## 11.2 TAXAS FEMININAS

Basicamente, tudo o que foi observado sobre as taxas de alfabetização da população masculina também é verdade para a população feminina. A hierarquização das taxas de alfabetização é idêntica: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. As discrepâncias diminuem nos censos mais recentes e nas coortes mais jovens. As coortes femininas de 5 a 10 anos e de 10 a 15 anos apresentam a mesma particularidade das coortes masculinas equivalentes, o que denota entrada diferenciada na escola: crianças amarelas e brancas são alfabetizadas bem antes das pretas ou pardas. As diferenças entre meninas pretas e pardas são ligeiramente maiores do que as encontradas entre os meninos das mesmas categorias.

## 12 MODELO LINEAR GENERALIZADO

Para melhor quantificar as diferenças, ajustou-se um modelo linear generalizado aos dados. Consideraram-se como variáveis observadas as populações de uma determinada coorte de nascimento, sexo, raça/cor e ano-calendário, desagregando-se por alfabetizados ou não. Admitiu-se que a probabilidade de ser alfabetizado para um dado grupo (definido por sexo, raça/cor, coorte de nascimento num determinado instante do tempo e algumas interações) seria constante e que, então, a distribuição conjunta seria binomial. Para as regressões, foi utilizado o “interactive data analysis/Fit”, do SAS. Formalizando, consideramos que:

$$Y_{i,s,r,t} \sim B(N_{i,s,r,t}; p_{i,s,r,t})$$

e:

$$\begin{aligned} \text{logito}(p_{i,s,r,t}) = \ln\left(\frac{p_{i,s,r,t}}{1-p_{i,s,r,t}}\right) = & \alpha_0 + \alpha_1 * i + \alpha_2 * i^2 + \alpha_3 * i^3 + \alpha_4 * i^4 + \alpha_5 * I_{[0,5)} + \\ & + \alpha_6 * I_{[5,10)} + \alpha_7 * I_{[10,15)} + \alpha_8 * I_{[15,20)} + \alpha_9 * t + \alpha_{10} * t^2 + \alpha_{11} * t^3 + \alpha_{12} * s + \alpha_{12} * I_{branco} + \\ & \alpha_{13} * I_{preto} + \alpha_{14} * I_{amarelo} + s * (\alpha_{15} * I_{branco} + \alpha_{16} * I_{preto} + \alpha_{17} * I_{amarelo}) \\ & + i * (\alpha_{18} * I_{branco} + \alpha_{19} * I_{preto} + \alpha_{20} * I_{amarelo}) + t * (\alpha_{21} * I_{branco} + \alpha_{22} * I_{preto} + \alpha_{23} * I_{amarelo}) \\ & + i^2 * (\alpha_{24} * I_{branco} + \alpha_{25} * I_{preto} + \alpha_{26} * I_{amarelo}) + \alpha_{27} * s * i + \alpha_{28} * s^2 * i + \alpha_{29} * s * i^2 \\ & + \alpha_{30} * s^2 * i^2 + t * (\alpha_{31} * I_{[0,5)} + \alpha_{32} * I_{[5,10)} + \alpha_{33} * I_{[10,15)} + \alpha_{34} * I_{[15,20)}) + \\ & + i^3 * (\alpha_{35} * I_{[0,5)} + \alpha_{36} * I_{[5,10)} + \alpha_{37} * I_{[10,15)} + \alpha_{38} * I_{[15,20)}) + \dots, \end{aligned}$$

onde:

$Y_{i,s,r,t}$  é a população alfabetizada da coorte  $i$ , sexo  $s$ , raça  $r$  no instante  $t$ ;

$N_{i,s,r,t}$  é a população da coorte  $i$ , sexo  $s$ , raça  $r$  no instante  $t$ ;

$p_{i,s,r,t}$  é a probabilidade de alguém da coorte  $i$ , sexo  $s$ , raça  $r$  estar alfabetizada no instante  $t$ ; e

$\{\alpha_k\}_{k=1,\dots,64}$  é o conjunto de coeficientes lineares da regressão associado com as variáveis explicativas e suas interações.

Para simplificar, as coortes foram numeradas seqüencialmente. Para a primeira coorte considerada, entre 80 e 85 anos em 1940, foi alocado o valor 1. Os instantes do tempo foram numerados seqüencialmente. Assim, para o primeiro censo considerado, 1940, foi alocado o número 0. A fim de manter a mesma escala observada nas coortes, os anos foram numerados com intervalo de 2, correspondente à distância de duas coortes qüinqüenais consecutivas.

As raças/cores foram consideradas como categorias, bem como foram criadas variáveis *dummies* para as quatro primeiras coortes em cada censo, já que nos grupos qüinqüenais abaixo de 20 anos não se esperaria uma alfabetização completa. Vale a pena lembrar que os dados referem-se a coortes nascidas ainda em 1960. A Tabela 3 apresenta a análise de desviância do ajuste proposto.<sup>12</sup>

Considerando-se a função logito como função de ligação, a tabela de desviância indica a significância estatística de todas as variáveis listadas.<sup>13</sup> Foram testadas as primeiras quatro potências das variáveis coorte e ano, porém, a quarta potência do ano não se mostrou estatisticamente significativa. Foram testadas também todas as interações de todas as combinações de variáveis. A interação entre a variável coorte e a segunda potência da variável ano foi mantida, ainda que não-significativa, já que a interação de ordem maior, segunda potência de coorte e de ano, apresentou-se estatisticamente significativa. A interação da variável sexo com a segunda potência da variável ano também foi mantida, pois o efeito apresentou-se estatisticamente significativo (ver Anexo 2 para os efeitos). Outras interações foram incorporadas ao modelo e encontram-se listadas na Tabela 3. Os coeficientes relacionados com coortes ( $\hat{i}$ ) espelham os ganhos que sucessivas coortes tiveram na alfabetização. Os coeficientes relacionados com a variável ano ( $\hat{t}$ ) refletem os ganhos devido à alfabetização tardia ocorrida entre censos sucessivos de coortes mais velhas. Com referência às interações, o que podemos afirmar é que os ganhos foram diferenciados por sexo, grupo de raça/cor e, dentro de cada grupo, diferenciado por sexo. Quanto aos primeiros grupos, os efeitos, mensurados pelas variáveis *dummies*, mostraram-se variáveis no tempo, indicando uma alfabetização mais precoce com o passar dos anos e, claro, diferenciada por sexo (ver Anexo 2 para as estimativas de efeitos).

---

12. Os valores utilizados para a regressão foram os das amostras sem o fator de expansão, nos anos em que aconteceu a amostra.

13. Ajustamos também com as funções de ligação probito e complemento log-log, mas a diferença encontrada foi da ordem de 0,01%, ainda que o modelo complemento log-log tenha apresentado a menor desviância para os resíduos. Optamos pelo modelo logito por serem os parâmetros ajustados de mais fácil entendimento.

TABELA 3  
ANÁLISE DE DESVIÂNCIA – POPULAÇÃO ALFABETIZADA POR RAÇA/COR, SEXO, COORTE DE NASCIMENTO  
E ANO CENSITÁRIO

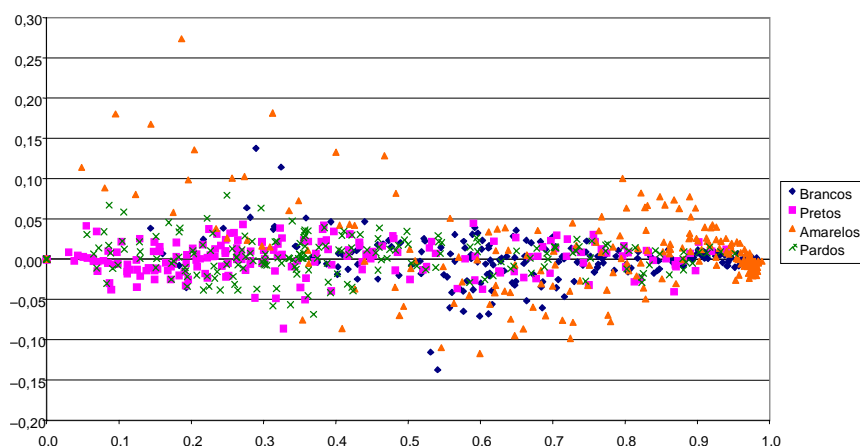
Estrato	gl	dev	dev média	teste	p-valor
Média	1	6119481,24	6119481,24	23602,43	-
Coorte	1	493496,01	493496,01	1903,38	0,0000000
Coorte <sup>2</sup>	1	4764796,95	4764796,95	18377,50	-
Coorte <sup>3</sup>	1	4594470,24	4594470,24	17720,56	-
Coorte <sup>4</sup>	1	2304319,10	2304319,10	8887,60	-
Dummy (5 grupos)	4	55918263,50	13979565,88	53918,25	-
Ano	1	109437,40	109437,40	422,09	0,0000000
ano <sup>2</sup>	1	28406,50	28406,50	109,56	0,0000000
Sexo	1	29666,60	29666,60	114,42	0,0000000
Raça (4 grupos)	3	7154715,20	2384905,07	9198,42	-
ano <sup>3</sup>	1	3003,80	3003,80	11,59	0,0007000
Sexo*raça	3	39564,70	13188,23	50,87	0,0000000
coorte*raça	3	59402,60	19800,87	76,37	0,0000000
Raça*dummy	7	34237,50	4891,07	18,86	0,0000000
Coorte <sup>2</sup> *raça	3	52070,2	17356,73	66,94	0,0000000
Sexo*coorte	1	489459,9	489459,90	1887,81	0,0000000
Sexo*ano	1	14849,8	14849,80	57,27	0,0000000
Sexo*ano <sup>2</sup>	1	440,3	440,30	1,70	0,1929219
Coorte*dummy	4	189610,1	47402,53	182,83	0,0000000
Coorte*ano	1	81220,6	81220,60	313,26	0,0000000
Coorte*ano <sup>2</sup>	1	230,40	230,40	0,89	0,3461500
coorte <sup>3</sup> *ano	1	6907,9	6907,90	26,64	0,0000003
coorte <sup>2</sup> *ano <sup>2</sup>	1	6149,9	6149,90	23,72	0,0000014
Sexo*dummy	4	75160	18790,00	72,47	0,0000000
coorte <sup>3</sup> *raça	3	18606	6202,00	23,92	0,0000000
ano*raça	3	8660,1	2886,70	11,13	0,0000004
ano <sup>2</sup> *raça	3	19017,5	6339,17	24,45	0,0000000
coorte <sup>3</sup> *dummy	4	13369,4	3342,35	12,89	0,0000000
coorte <sup>3</sup> *sexo	1	2357,7	2357,70	9,09	0,0026517
coorte <sup>3</sup> *dummy	4	21693,4	5423,35	20,92	0,0000000
Res	751	194.714,30	259,27		
Total	816	82.847.778,84			

Fonte: Cálculo dos autores.

O ajuste parece muito bom. A fração não explicada pelo modelo é ínfima, 0,235% (ver Gráfico 31 para o ajuste).

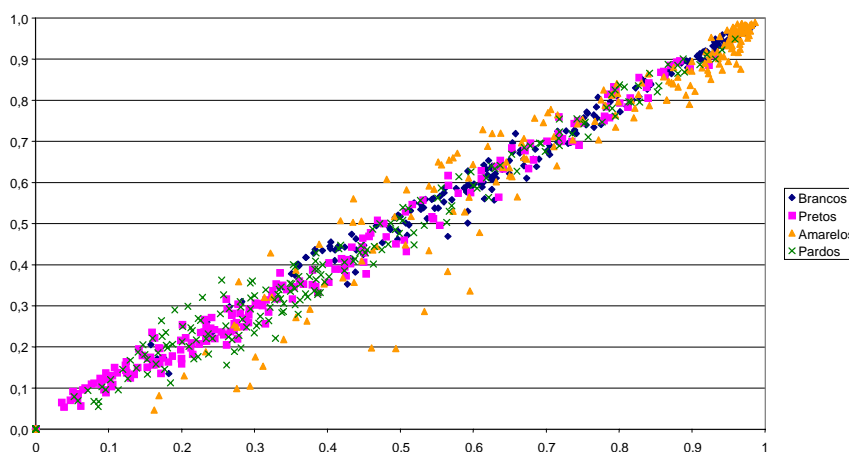
Os maiores resíduos acontecem para as mulheres amarelas em geral, principalmente das coortes mais velhas, bem como para os homens pretos dessas mesmas coortes (ver Gráfico 30 com informações dos resíduos). O Anexo 2 apresenta os parâmetros estimados para o modelo.

GRÁFICO 30  
RESÍDUOS *VERSUS* AJUSTADO: TAXA DE ALFABETISMO POR SEXO, COORTE DE NASCIMENTO, COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO



Fonte: Cálculo dos autores.

GRÁFICO 31  
AJUSTADO *VERSUS* OBSERVADO: TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO, COORTE DE NASCIMENTO, COR/RAÇA E ANO CENSITÁRIO



Fonte: Cálculo dos autores.

### 13 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

Os dados e análises apresentados nos conduzem à pressuposição de que há, sim, uma certa coincidência das fronteiras raciais e das fronteiras socioeconômicas. As desigualdades raciais são também desigualdades sociais e ficam flagrantes quando examinamos os dados relativos à alfabetização, desagregando-os pelas diferentes categorias de cor ou raça que compõem a população brasileira. Como afirma Henriques (2001, p. 1), “o pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil”.

Na década de 1940, a proporção de pretos e pardos alfabetizados representava menos da metade do número de brancos na mesma situação e a terça parte dos amarelos, fato que pode ser atribuído a uma discriminação racial tal que impedia mesmo a frequência de negros à escola, apesar da Lei 1.390, de 03/07/51, mais conhecida como Lei Afonso Arinos, a qual, em seu artigo 5º, prevê punição para o estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau que se recuse a inscrever aluno

ou aluna por preconceito de raça ou de cor. No entanto, apesar da proteção legal, do fortalecimento do movimento negro, bem como de uma certa mobilidade social vivida por uma parcela da população preta e parda, com uma participação maior nas artes e na política, a discriminação racial ainda é fato, haja vista a pesquisa realizada em 1995 pelo Datafolha que, ao perguntar se havia no Brasil preconceito de cor em relação aos negros, pôde aferir que 89% dos entrevistados disseram que sim, e 9% disseram que não [Sant'Anna (2000, p. 1)]. Se havia alguma dúvida de que a população parda — isto é, mulatos e mestiços — não sofre o mesmo preconceito que os pretos, as taxas de alfabetização mostram que há discriminação para ambos os grupos e na mesma intensidade.

Assiste-se a uma persistência dos padrões de desigualdade entre brancos e outros grupos, ainda que as diferenças estejam mitigadas com o passar do tempo. Prova disso são os resultados de pesquisa coordenada por Paixão [*apud* Sant'Anna (2000, p. 7)]. Em tal pesquisa, seguiu-se a mesma metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas (PNUD) para medir a diferença entre brancos e negros (incluindo-se, neste último grupo, pretos e pardos). Os dados utilizados foram os da PNAD de 1998. Segundo o *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 1999, o Brasil ocupava a 74ª posição. Com base nos dados da PNAD, a citada pesquisa conclui que, ao se considerarem unicamente os brancos, essa posição sobe para a 49ª. No entanto, ao se considerar exclusivamente os negros, o Brasil desce para a 108ª posição.

Deve-se deixar registrado o fato de que são raros os estudos voltados especificamente para a população amarela no Brasil ou que a inclua em estudos sociais e econômicos comparativos inter-raciais, possivelmente pelo tamanho exíguo desse contingente e também pela sua condição social e econômica que se iguala e, em muitos casos, até suplanta a dos brancos. A emigração japonesa, primeiro e possivelmente o principal contingente de indivíduos que se declaram na categoria amarelos no Brasil, foi formalizada através do “Tratado da Amizade”, assinado pelos governos brasileiro e japonês em 1895. O primeiro navio, com 781 imigrantes, chega ao Brasil em 1908. Até 1933 já haviam aqui chegado 24.493 japoneses. Esse fluxo migratório foi, porém, reduzido com a promulgação de lei restritiva à entrada de japoneses no país (1934) e com a suspensão das relações diplomáticas entre Brasil e Japão durante a Segunda Guerra. Em 1952, tem início uma nova onda migratória, a qual começa a declinar a partir do início da década de 1960.

No ensejo dos preparativos para o 80º aniversário da imigração japonesa, o Centro de Estudos Nipo-Brasileiros deu início, em 1986, a uma pesquisa sobre a condição socioeconômica dos japoneses residentes no Brasil e seus descendentes. No entanto, a alfabetização e o nível educacional desses indivíduos não foram observados na pesquisa.

A população amarela no Brasil até pouco tempo era, principalmente, composta de japoneses e seus descendentes. Só recentemente imigrantes de outros países asiáticos (China, Coréia, entre outros) passaram a ter o Brasil como ponto final do processo migratório.

Os estudos socioeconômicos comparativos inter-raciais privilegiam a população branca e os indivíduos que se declaram pretos e pardos. Isso se deve, provavelmente, à

circunstância de que “os brasileiros afro-descendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria” [Henriques (2001, p. 4)]. Segundo dados coletados por Henriques (2001, p. 13) na PNAD de 1999, o percentual de pobres e indigentes é maior entre os brancos do que entre os amarelos. Os percentuais mais altos ficam com pretos e pardos. Outro ponto de destaque em relação aos estudos voltados à mensuração das desigualdades raciais diz respeito à tendência de reunir os contingentes de “pretos” e “pardos” numa nova categoria de “negros” baseada nas análises que mostram, por um lado, a aproximação da condição socioeconômica desses dois grupos [Ver Henriques (2001, p. 4, nota)] e, por outro, na ideologia do embranquecimento que supõe que no Brasil há, provavelmente, um grande contingente de pretos que se autodeclaram pardos. Essa ênfase na dicotomia branco/negro, embora justificada pela magnitude dessas populações e das desigualdades existentes entre elas, de forma alguma esgota as análises das desigualdades raciais no Brasil. Por excluir de uma análise mais aprofundada a situação de amarelos e indígenas, importantes dimensões dessa problemática podem estar sendo desconsideradas.

No que concerne à alfabetização, embora a preocupação com a educação remonte ao Brasil Império, pode-se dizer que as políticas públicas projetadas para diminuir especificamente os índices de analfabetismo da população brasileira em idade ativa têm início em 1969 com a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), conseqüência da Lei 5.379/67, a qual propunha a alfabetização de jovens e adultos. Inicialmente, o público-alvo dessa fundação era a população urbana na faixa etária de 15 a 35 anos. Na opinião de Freitag (1986, p. 92), “o Mobral [...] não é o primeiro esforço alfabetizador. Mas é a primeira vez que o governo se encarrega de implantar um movimento que antes de mais nada alfabetize a força de trabalho e eleve, mesmo que por um mínimo, o seu nível de qualificação”. A Fundação Mobral encerra seus trabalhos nos anos 1980. O programa público seguinte, voltado para diminuir os índices de analfabetismo, foi o assim chamado Alfabetização Solidária, iniciado em 1997 e voltado principalmente para a faixa etária entre 12 e 18 anos.

Em resumo, podemos dizer que a melhor situação relativa à alfabetização, usufruída pelos homens na metade do século passado, paradoxalmente não progrediu tanto quanto a situação feminina. Note-se que, nas categorias de cor ou raça com situação socioeconômica mais afluyente, a vantagem ainda é masculina. É entre a população parda que as mulheres estão suplantando os homens com uma margem maior, 1,8% em média a mais da população alfabetizada. Entre os pretos, para os quais os homens que apresentavam em 1940 uma taxa 50% maior do que a das mulheres, a vantagem ainda é masculina. Uma explicação possível tem a ver com os movimentos negros e as campanhas realizadas para que os afro-descendentes declarem-se como pretos (lembrar da campanha “Não deixe a sua cor passar em branco”), o que pode ter modificado, sobremaneira, o perfil dos indivíduos que se declaram como pretos e como pardos. Nas regiões menos favorecidas, são também as mulheres que apresentam maior progresso na área de alfabetização. Os resultados do ajuste logit quantificam essas asserções e confirmam as impressões já levantadas.



# ANEXO 1

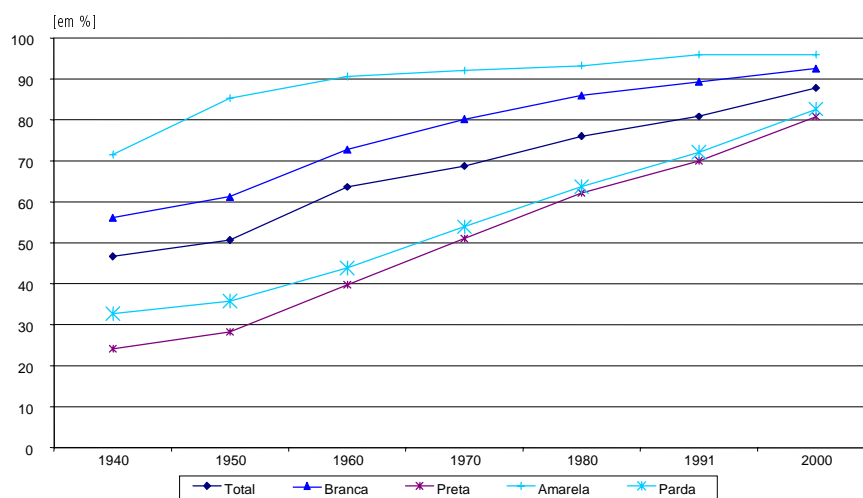
## TAXAS BRUTAS DE ALFABETIZAÇÃO POR SEXO E RAÇA – 10 ANOS E MAIS

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE POR SEXO E RAÇA, SEGUNDO O ANO CENSITÁRIO  
[em %]

Ano	Total		Branca		Preta		Amarela		Parda	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	46,67	36,36	56,14	45,45	24,11	16,02	71,52	52,83	32,73	23,55
1950	50,70	42,34	61,25	52,44	28,23	21,07	85,36	74,83	35,79	28,46
1960	63,65	56,97	72,75	66,22	39,74	33,33	90,63	83,60	43,86	38,33
1970	68,80	63,94	80,18	75,64	51,03	45,55	92,07	86,81	53,93	50,46
1980	76,06	74,08	85,98	83,10	62,21	58,33	93,31	89,47	63,70	62,54
1991	80,87	81,32	89,30	88,24	70,05	68,93	95,96	93,73	72,07	73,68
2000	87,83	88,17	92,56	92,07	80,85	79,49	95,97	94,62	82,66	83,83

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

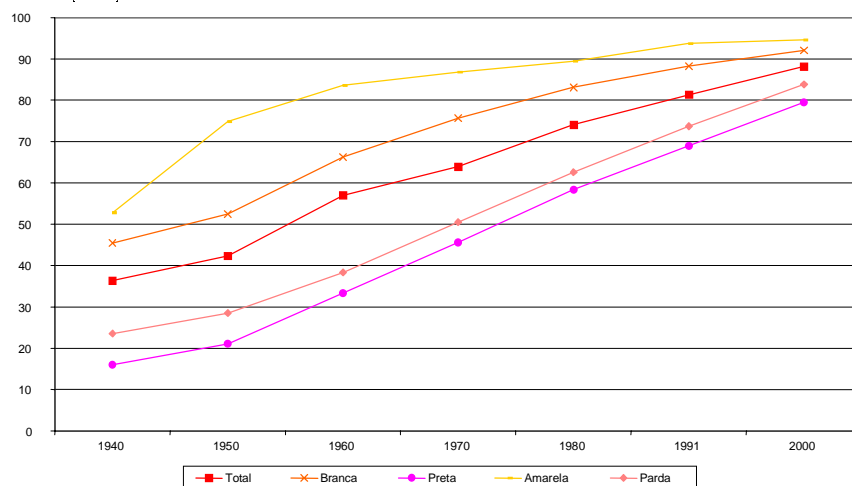
GRÁFICO A.1.1  
BRASIL: TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS, POR COR/RAÇA — HOMENS



Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO A.1.2

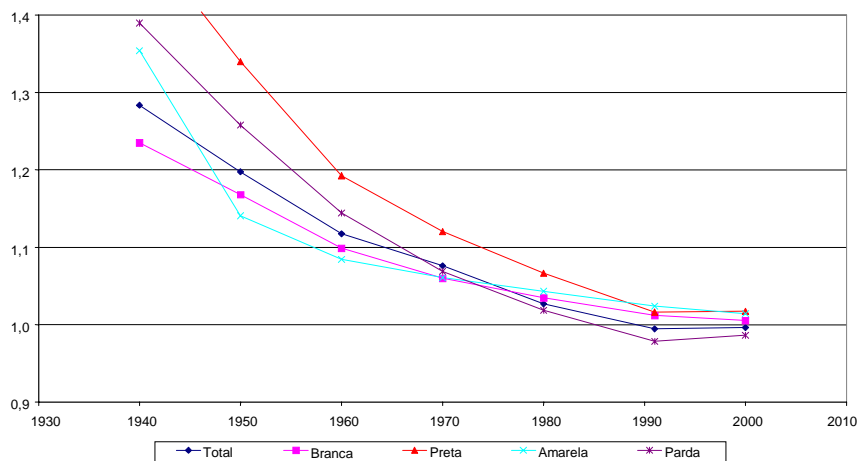
**BRASIL: TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS, POR COR/RAÇA — MULHERES**  
[em %]



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO A.1.3

**BRASIL: RAZÃO DE SEXO (H/M) DA TAXA BRUTA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

## ANEXO 2

### PARÂMETROS ESTIMADOS PARA O MODELO COMPLETO COM INTERAÇÕES

Variável	Nível da variável <i>dummy</i>	Nível da variável raça	Graus de liberdade	Parâmetro estimado	Desvio-padrão	Qui-quadrado	p-valor
Intercepto			1	-3,1663	91,1767	0,0012	0,9723
Coorte			1	-0,2552	12,0778	0,0004	0,9831
Coorte <sup>2</sup>			1	-0,0592	0,5244	0,0127	0,9101
Coorte <sup>3</sup>			1	0,0032	0,0075	0,1844	0,6676
Coorte <sup>4</sup>			1	-0,0001	0	16055,28	<,0001
<i>Dummy</i>	0 [20-∞ anos)		1	2,7132	91,1767	0,0009	0,9763
	1 [15-20 anos)		1	1,2352	91,1766	0,0002	0,9892
	2 [10-15 anos)		1	-9,1385	91,1766	0,01	0,9202
	3 [5-10 anos)		1	20,4777	91,1766	0,0504	0,8223
	4 [0-5 anos)		0	0	,	,	,
Ano			1	-0,3432	0,0038	8107,78	<,0001
Sexo			1	-1,4603	0,688	4,5048	0,0338
Raça		1 (branca)	1	-1,0849	0,9743	1,24	0,2655
		2 (preta)	1	-0,492	0,0195	638,8114	<,0001
		3 (amarela)	1	0,1599	0,0786	4,1322	0,0421
		4 (parda)	0	0	,	,	,
Ano <sup>2</sup>			1	0,0365	0,0004	10820,4	<,0001
Ano <sup>3</sup>			1	0,0003	0	684,1399	<,0001
Sexo * raça		1 (branca)	1	-0,0283	0,001	819,2906	<,0001
		2 (preta)	1	-0,059	0,0017	1169,227	<,0001
		3 (amarela)	1	-0,2365	0,0078	909,7761	<,0001
		4 (parda)	0	0	,	,	,
Coorte * raça		1 (branca)	1	-0,1765	0,0022	6430,052	<,0001
		2 (preta)	1	-0,0363	0,0036	99,1781	<,0001
		3 (amarela)	1	0,1583	0,0156	103,5807	<,0001
		4 (parda)	0	0	,	,	,
Raça * <i>dummy</i>	0 [20-∞ anos)	1 (branca)	1	2,9389	0,9742	9,1	0,0026
	1 [15-20 anos)	1 (branca)	1	2,9977	0,9742	9,4675	0,0021
	2 [10-15 anos)	1 (branca)	1	3,1095	0,9742	10,1869	0,0014
	3 [5-10 anos)	1 (branca)	1	2,7805	0,9742	8,1456	0,0043
	4 [0-5 anos)	1 (branca)	0	0	,	,	,
	0 [20-∞ anos)	2 (preta)	1	0	0	,	,
	1 [15-20 anos)	2 (preta)	1	0	0	,	,
	2 [10-15 anos)	2 (preta)	1	0,1431	0,0031	2168,944	<,0001
	3 [5-10 anos)	2 (preta)	1	0,2546	0,0038	4518,203	<,0001
	4 [0-5 anos)	2 (preta)	0	0	,	,	,

(continua)

(continuação)

Variável	Nível da variável <i>dummy</i>	Nível da variável raça	Graus de liberdade	Parâmetro estimado	Desvio-padrão	Qui-quadrado	p-valor
	0 [20-∞ anos)	3 (amarela)	1	0	0	,	,
	1 [15-20 anos)	3 (amarela)	1	0	0	,	,
	2 [10-15 anos)	3 (amarela)	1	0	0	,	,
	3 [5-10 anos)	3 (amarela)	1	-0,6028	0,0129	2192,957	<,0001
	4 [0-5 anos)	3 (amarela)	0	0	,	,	,
	0 [20-∞ anos)	4 (parda)	0	0	,	,	,
	1 [15-20 anos)	4 (parda)	0	0	,	,	,
	2 [10-15 anos)	4 (parda)	0	0	,	,	,
	3 [5-10 anos)	4 (parda)	0	0	,	,	,
	4 [0-5 anos)	4 (parda)	0	0	,	,	,
Coorte <sup>2</sup> *raça		1 (branca)	1	0,0117	0,0001	7959,22	<,0001
		2 (preta)	1	0,0059	0,0002	698,4329	<,0001
		3 (amarela)	1	0,0034	0,001	12,224	0,0005
		4 (parda)	0	0	,	,	,
Sexo*coorte			1	0,0901	0,0006	25350,69	<,0001
Sexo*ano			1	-0,0397	0,0005	5949,567	<,0001
Sexo*ano <sup>2</sup>			1	0,0025	0	4487,679	<,0001
Coorte* <i>dummy</i>	0 [20-∞ anos)		1	0,5896	12,0778	0,0024	0,9611
	1 [15-20 anos)		1	0,8132	12,0778	0,0045	0,9463
	2 [10-15 anos)		1	2,3164	12,0778	0,0368	0,8479
	3 [5-10 anos)		1	-1,7887	12,0778	0,0219	0,8823
	4 [0-5 anos)		0	0	,	,	,
Coorte*ano			1	0,0372	0,0007	3252,288	<,0001
Coorte*ano <sup>2</sup>			1	-0,0053	0	14736,93	<,0001
Coorte <sup>2</sup> *ano			1	-0,0001	0	4,2845	0,0385
Coorte <sup>2</sup> *ano <sup>2</sup>			1	0,0001	0	8132,504	<,0001
Sexo* <i>dummy</i>	0 [20-∞ anos)		1	0,0414	0,688	0,0036	0,9521
	1 [15-20 anos)		1	0,3447	0,688	0,251	0,6163
	2 [10-15 anos)		1	0,2734	0,688	0,1579	0,6911
	3 [5-10 anos)		1	-0,0622	0,688	0,0082	0,928
	4 [0-5 anos)		0	0	,	,	,
Coorte <sup>3</sup> *raça		1 (branca)	1	-0,0003	0	10142,73	<,0001
		2 (preta)	1	-0,0002	0	1494,102	<,0001
		3 (amarela)	1	-0,0003	0	175,5163	<,0001
		4 (parda)	0	0	,	,	,
Ano*raça		1 (branca)	1	0,0956	0,0006	24192,42	<,0001
		2 (preta)	1	0,0534	0,001	2825,037	<,0001
		3 (amarela)	1	0,1382	0,0039	1254,004	<,0001
		4 (parda)	0	0	,	,	,

(continua)

(continuação)

Variável	Nível da variável <i>dummy</i>	Nível da variável raça	Graus de liberdade	Parâmetro estimado	Desvio-padrão	Qui-quadrado	p-valor
Ano <sup>2</sup> *raça		1 (branca)	1	-0,006	0	18309,89	<,0001
		2 (preta)	1	-0,0025	0,0001	1208,74	<,0001
		3 (amarela)	1	-0,0123	0,0003	1537,732	<,0001
		4 (parda)	0	0	,	,	,
Coorte <sup>2</sup> * <i>dummy</i>	0 [20-∞ anos)		1	0,0083	0,5244	0,0002	0,9874
	1 [15-20 anos)		1	-0,0092	0,5244	0,0003	0,986
	2 [10-15 anos)		1	-0,0831	0,5244	0,0251	0,874
	3 [5-10 anos)		1	0,0996	0,5244	0,0361	0,8494
	4 [0-5 anos)		0	0	,	,	,
Coorte <sup>2</sup> * sexo			1	-0,0007	0	1972,26	<,0001
Coorte <sup>3</sup> * <i>dummy</i>	0 [20-∞ anos)		1	-0,0005	0,0075	0,0038	0,9511
	1 [15-20 anos)		1	0	0,0075	0	0,9956
	2 [10-15 anos)		1	0,0011	0,0075	0,0233	0,8787
	3 [5-10 anos)		1	-0,0016	0,0075	0,0457	0,8308
	4 [0-5 anos)		0	0	,	,	,

Fonte: Cálculo dos autores.

## BIBLIOGRAFIA

- ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Acessível em:<<http://www.alfabetizacao.org.br/programa/default.htm>>.
- ALVES, A. M. da S. Cultura de desigualdades: raça, movimentos feministas e justiça ambiental. *Proposta*, n. 76, p. 64-72, mar./mai. 1998.
- BARCELOS, L. C. N. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 37-69, dez. 1992.
- BATISTA, M. A. R., GALVÃO, O. M. R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 71-95, dez. 1992.
- BELTRÃO, K. I. *Acesso à educação: existe igualdade entre os sexos?* Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002 (Texto para Discussão, 879).
- BELTRÃO, K. I., NOVELLINO, M. S. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940 — 2000*. RT1, Ence/IBGE, 2002.
- BERCOVICH, A. M. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. In: LOVELL, P. A. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- BERQUÓ, E. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. *Anais do II Encontro Nacional da Abep*. Olinda, 1988.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. *Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil*. São Paulo: 1988.
- COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 36, n. 3, p. 91-106, jul./set. 1974.
- DOBSON, A. J. *An introduction to statistical modelling*. London: Chapman and Hall, 1983.
- FREITAG, B. *Escola, estado & sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASENBALG, C. A., SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: LOVELL, P. A. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro. IPEA, jul. 2001 (Texto para Discussão, 807).
- IBGE. *Censo Demográfico*, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Manual do Recenseador*, 1990-2000.
- KOYAMA, T. Japoneses na Amazônia: alguns aspectos do processo de sua integração sociocultural. In: SAITO, H. (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- \_\_\_\_\_. Raça e gênero no Brasil. *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, n. 35, p. 39-71, 1995.
- MCCULLAGH, P., NELDER, J. A. *Generalized linear model*. London: Chapman and Hall, 1983.
- OLIVEIRA, J. S. de. *Brasil, mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- PIERSON, D. *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: University Press, 1942.
- ROSEMBERG, F. et alii. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.
- SAITO, H. (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

- SAITO, H., MAEYAMA, T. (orgs.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- SANT'ANNA, W. *Novos marcos para as relações étnicoraciais no Brasil: uma responsabilidade coletiva*. Rio de Janeiro: Fase, 2000.
- SANTOS, J. R. dos. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, n. 6, p. 110-154, mar. 1999.
- SAS INSTITUTE INC. *SAS/STAT User's Guide*. Cary, Version 6, v. 2, 1989.
- SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.
- SILVA, N. do V. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 7-15, dez. 1992.
- TEIXEIRA, M. de P. *Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado em Antropologia).

## **EDITORIAL**

### Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

### Revisão

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luiz Carlos Palhares

Miriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

### Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Roberto das Chagas Campos

### Apoio Administrativo

Fabiana Pontes

### Divulgação

Cesar Wilson E. Santos

### Reprodução Gráfica

Edson Soares

### Brasília

SBS – Quad

ra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10<sup>a</sup> andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

### Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14<sup>a</sup> andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 138 exemplares